

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA**

Micheli Karla Caires Maia

**MEMÓRIA DAS ALUNAS DO CURSO NORMAL DE PARANAÍBA-MT
(1967-1971)**

Paranaíba/MS

2015

Micheli Karla Caires Maia

**MEMÓRIA DAS ALUNAS DO CURSO NORMAL DE
PARANAÍBA-MT (1967-1971)**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Universidade Estadual de
Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade
Universitária de Paranaíba, como
exigência parcial para Conclusão do
Curso de Pedagogia.

Orientadora Prof^ª Dr^ª Milka Helena
Carrilho Slavez.

Paranaíba/MS

2015

M187m Maia, Micheli Karla Caires

Memória das alunas do curso normal de Paranaíba-MT (1967-1971). /
Micheli Karla Caires Maia. - - Paranaíba, MS: UEMS, 2015.
64f.; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Milka Helena Carrilho Slavez.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade
Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

1. Curso Normal. 2. Normalistas. 3. História Oral. I. Maia,
Micheli Karla Caires. II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul,
Unidade de Paranaíba, Curso de Pedagogia. III. Título.

CDD – 370.9

Micheli Karla Caires Maia

MEMÓRIA DAS ALUNAS DO CURSO NORMAL DE PARANAÍBA-MT (1967-1971)

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Milka Helena Carrilho Slavez
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Profa. Dra. Estela Natalina Mantovani Bertolotti
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Prof. Me. Gilberto Abreu de Oliveira
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

A minha Família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que me abençoou e permitiu que tudo isso acontecesse.

À minha Orientadora Prof. Dra. Milka Helena Carrilho Slavez, que começou a me orientar desde o primeiro ano de Iniciação Científica (2012) e até o momento na Iniciação a Docência e no Trabalho de Conclusão de Curso, pelo apoio, confiança, empenho, dedicação e por ter contribuído no meu crescimento enquanto acadêmica.

A D. Adélia Ferreira Leal, D. Jane Carmen Lacerda, D. Sandra Maria Agi e D. Gilda Carvalho Camargo por ceder seu tempo para conceder a entrevista e assim colaborar para a realização desta pesquisa.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (GEPHEB) que contribuiu para a minha formação enquanto discente e pesquisadora.

A D. Irany Nunes de Queiroz que informou os nomes das professoras que concluíram o Curso Normal.

Aos meus pais José Aparecido Gomes Maia e Luzeni Caires de Figueiredo e aos meus irmãos Fernanda Caires Maia, Sara Caires de Figueiredo e José Aparecido Gomes Maia Junior pelo incentivo e compreensão das minhas ausências.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e seu corpo docente, direção e administração que sempre tiraram minhas dúvidas e sempre me ajudaram.

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect) que financiou as minhas pesquisas de Iniciação Científica.

Ao Sr. Evandro Alves Martins que permitiu a leitura das atas do Rotary Club.

A Noely Costa Dias Garcia por ter cedido sua entrevista realizada com D. Fausta Garcia Ferreira de Freitas.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em especial ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) que concedeu bolsa de Iniciação à Docência.

Aos colegas de sala que contribuíram para minha formação.

O que é a vida sem memória? Ou com um desligamento no tempo que transforma em fumaça os últimos trinta anos, como foi o caso d' "O marinheiro perdido", de Oliver Sacks? O que é perder o passado, as "amarras no tempo"?

Elizabeth dos Santos Braga

RESUMO

O presente trabalho foi iniciado com o projeto de iniciação científica, cujo título é *Memórias da formação das professoras normalistas em Paranaíba – MS (1967 – 1971)*. O objetivo geral foi contribuir com a produção da história da formação do professor da escola primária do estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil, no período compreendido entre 1967 e 1971, por meio da recuperação e preservação sobre a memória do Curso Normal em Paranaíba. Para isso foram localizadas as pessoas que estudaram no Curso Normal que funcionou no município de Paranaíba, entrevistadas com o objetivo de fazer um levantamento sobre como foi sua formação, trajetória e práticas pedagógicas e em seguida transcrevemos as entrevistas, pois espera-se que este trabalho sirva como instrumento para análises futuras e estudos sobre a formação de professoras da escola primária e a infância nesta região. A investigação se fundamenta nas definições de História Oral apresentadas por Eliane Teresinha Peres (1998) e Sônia Maria de Freitas (2006). A relevância dessa pesquisa sobre as memórias da formação de normalistas do estado de Mato Grosso do Sul, em especial, do Curso Normal de Paranaíba, poderá contribuir para a recuperação e reconstrução da trajetória do Curso Normal no âmbito regional, estadual e nacional. Foram entrevistadas cinco normalistas: Jane Carmen Lacerda, Adélia Ferreira Leal, Sandra Maria Agi, Fausta Garcia Ferreira de Freitas e Gilda Carvalho Camargo. Os relatos das entrevistadas ajudaram a compor a história da primeira turma do Curso Normal de Paranaíba.

Palavras-chave: Curso Normal. Normalistas. História Oral.

ABSTRACT

This work began as a scientific initiation project, entitled, Memories of the training normalistas teachers in Paranaíba - MS (1967 - 1971). The general objective was to contribute to the production of history formation of the primary school teacher in the state of Mato Grosso do Sul and Brasil, in the period between 1967 to 1971, through the recovery and preservation of the Normal Course memory in Paranaíba. For that, they were located people who have studied in the Normal Course that worked in the municipality of Paranaíba, interviewed in order to make a survey about his training, career and teaching practices and then transcribe the interviews, it's expected that this work will serve as a tool for further analysis and studies on the training of primary school teachers and childhood in this region. The research is based on oral history settings presented by Eliane Teresinha Peres (1998) and Sonia Maria de Freitas (2006). The relevance of this research on the memories of training normalistas in the state of Mato Grosso do Sul, especially, in the Normal Course of Paranaíba, it may contribute to the recovery and reconstruction of the Normal Course trajectory in regional, State and national. Five normalistas were interviewed: Jane Carmen Lacerda, Adelia Ferreira Leal, Sandra Maria Agi, Fausta Garcia Ferreira de Freitas and Gilda Carvalho Camargo. The interviewees' reports helped to write the story of the first class in the Normal Course of Paranaíba.

Keywords: Normal Course. Normalistas. Oral History.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Foto da primeira turma de normalistas formados pelo Curso Normal de Paranaíba no ano de 1969.....	11
FIGURA 2 – Diário Oficial (Lei nº 2.635 de agosto de 1966).....	33
FIGURA 3 – Ata do dia 8 de março de 1967.....	35
FIGURA 4 – Prédio que funcionou o Curso Normal no período de 1967 a 1970.....	43
FIGURA 5 – A entrega do diploma realizada no dia 20/12/1969.....	44
FIGURA 6 – Missa na Igreja Nossa Senhora do Rosário realizada no dia 20/12/1969.....	44
FIGURA 7 – Baile realizado no Club de Atlético Paranaibense no dia 21/12/1969.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APESNOESP – Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo.

Fundect – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul.

GEPHEB – Grupo de Pesquisas em História da Educação Brasileira. HEM – Curso de Habilitação Específica para o Magistério.

MS – Mato Grosso do Sul.

MT – Mato Grosso.

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 MODELOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: O INÍCIO DO CURSO NORMAL	17
1.1 A inserção feminina na docência	22
2 CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO CURSO NORMAL NO ESTADO DE MATO GROSSO	28
2.1 Cursos Normais no Sul de Mato Grosso	29
2.2 O processo de criação e ingresso do Curso Normal em Paranaíba	32
3 MEMÓRIAS DE NORMALISTAS SOBRE O COTIDIANO DO CURSO DE FORMAÇÃO	38
3.1 A escolha pelo Curso Normal	39
3.2 Os professores mais marcantes	40
3.3 Recordações da escola e do curso	42
3.4 Lembranças dos uniformes	43
3.5 Apontamentos sobre os materiais utilizados pelos professores no Curso Normal	45
3.6 Acontecimentos marcantes da época em que cursou o Normal	46
3.7 Impressões sobre os estágios e medidas disciplinares	48
3.8 O ingresso na carreira profissional	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista	59
ANEXO A – Termo de cessão (modelo)	60
ANEXO B – Termo de cessão D. Adélia	61
ANEXO C – Termo de cessão D. Gilda	62
ANEXO D – Termo de cessão D. Jane	63
ANEXO E – Termo de cessão D. Sandra	64

INTRODUÇÃO

No primeiro ano do curso de graduação em Pedagogia, no ano de 2012, os alunos da turma foram convidados a participar do Grupo de Pesquisas em História da Educação Brasileira (GEPHEB). Frequentar as reuniões do grupo e ouvir as discussões dos membros, fez com que despertasse o interesse em estudos no âmbito histórico. A partir daí foi elaborada uma proposta de pesquisa de iniciação científica, com orientação da professora Milka Helena Carrilho Slavez.

A primeira proposta de pesquisa contemplada com bolsa de Iniciação Científica e financiada pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), teve como título *A formação das professoras da escola primária em Paranaíba – MS (1964 – 1971)*¹. Esta pesquisa foi desenvolvida realizando catalogação de documentos encontrados na Escola Estadual Aracilda Cícero Correia da Costa, que foi um dos locais que abrigou o curso de formação de professores em nível médio. Foi feita coleta de documentos no Rotary, pois foi por iniciativa dos seus membros que houve grande empenho para a implantação do Curso Normal no município de Paranaíba, também porque as primeiras turmas deste curso começaram a funcionar em um prédio cedido por eles. Ainda foram obtidas fontes do acervo pessoal da professora Silvia Geraldi Neves, que foi uma das professoras que ministrou aulas no Curso Normal desde o início. O interesse pelo assunto e a realização de leituras dos textos, possibilitou o entendimento sobre a importância e a relevância de realizar pesquisas históricas, de preservar os documentos encontrados e de como conservá-los em um local adequado para que possa ser futuramente objeto de pesquisa para outras pessoas².

Ao assistir algumas bancas de defesa da especialização e do mestrado em educação, uma destas chamou a atenção pela apresentação da autora Mileidi Ferreira de Castilho, sobre sua pesquisa que tem como título *História da alfabetização em Paranaíba-MS na memória de professoras*, a qual está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação brasileira (GEPHEB). Na apresentação da autora sobre sua pesquisa, relatava trechos das entrevistas com os professores, e isso contribuiu para que surgisse o interesse em realizar

¹ Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/Fundect) desenvolvida na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, sob a orientação da professora Dra. Milka Helena Carrilho Slavez.

² O Curso Normal de Paranaíba já foi pesquisado por outros autores, entre eles, Noely Costa Dias Garcia em sua monografia intitulada “O ensino da disciplina Didática no Curso Normal em Paranaíba (1967-1971)” e em sua dissertação intitulada “Do Curso Normal ao Magistério: o Curso Normal Estadual em Paranaíba/MT (1967-1975)”.

entrevista, assim foi realizada uma nova proposta de pesquisa de iniciação científica com o título *Memórias da formação das professoras normalistas em Paranaíba-MS (1967-1971)*³, durante o período em que estava sendo desenvolvida foram realizadas entrevistas com duas alunas da primeira turma do Curso Normal, porém esta pesquisa não foi finalizada, porque decidi me inscrever no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e não é permitido acumular bolsa.

O motivo pelo qual foi escolhida a data, 1967, se refere a lei nº 2.635 de 06 de agosto de 1966 que foi assinado pelo governador Pedro Pedrossian (1966-1971) do estado de Mato Grosso⁴ que permitiu criar o primeiro Curso Normal estadual de Paranaíba no próximo ano; a cópia do Diário Oficial em que foi publicada a referida lei, foi localizada e digitalizada durante a primeira pesquisa de Iniciação Científica. A data final, 1971, foi escolhida pelo fato de que neste ano foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases Nº 5692/71, que altera o antigo Curso Normal para o Curso de Habilitação Específica para o Magistério.

Portanto, com a presente pesquisa a proposta foi de continuar as entrevistas com as pessoas que estudaram no Curso Normal nos anos de 1967 a 1971, com o objetivo de investigar, por meio de entrevistas, sobre sua formação, trajetória e práticas pedagógicas e, em seguida, transcrever as entrevistas das alunas da primeira turma do Curso Normal de Paranaíba-MT.

A investigação não ficou restrita somente às entrevistas, pois conforme defendem alguns autores: como Lombardi (2004) e Fonseca e Veiga (2003), os pesquisadores ao realizarem sua pesquisa com os documentos, devem primeiramente problematizar seu objeto de pesquisa, formular perguntas centrais que buscam responder, e ao iniciar o contato com o objeto, ter uma visão ampla, bastante atenção, saber interpretar as informações contidas nas fontes para conseguir solucionar dúvidas que ainda não foram esclarecidas e destas surgirão novos questionamentos e novas soluções, porém, se mesmo assim as dúvidas não forem esclarecidas, o pesquisador poderá utilizar de novas fontes para ajudar na compreensão de seus estudos, podendo assim utilizar-se da História Oral, fazendo entrevistas. Segundo os mesmos autores, as pessoas entrevistadas o pesquisador poderá conseguir com elas alguns documentos de seu acervo pessoal para contribuir na sua pesquisa além das informações fornecidas. Neste caso ocorrerá o inverso, a pesquisa partirá de entrevistas e irá utilizar de

³ Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/Fundect) desenvolvida na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, Unidade Universitária de Paranaíba, sob a orientação da professora Dra. Milka Helena Carrilho Slavez.

⁴ No período proposto pela pesquisa (1967-1971) o município de Paranaíba pertencia ao estado de Mato Grosso. A divisão do estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ocorreu em 1977.

fontes documentais se acaso forem fornecidas por estes ou para comprovar algo que não seja possível por meio da memória das entrevistadas.

O Curso Normal, nosso objeto de estudo, mereceu ser estudado para contribuir para a recuperação da história do primeiro curso de formação de professores da cidade de Paranaíba. Deste modo, é necessário considerar a especificidade da figura do professor primário, para ajudar a contar a história da formação das professoras do Curso Normal de Paranaíba-MT e contribuir para recuperar a cultura escolar da formação docente, que de acordo com Julia (2001)

Seria necessário aqui avaliar as heranças do passado, que se desfazem muito lentamente – a profissão de professor primário não tinha sido pensada, até muito recentemente, como uma “vocação”, leiga certamente, e nos dois sentidos do termo; mas essa denominação religiosa não é sem significado. Seria necessário também entender como esta figura subalterna progressivamente tornou-se autônoma e definida nas competências de uma profissão muito diferente daquela do professor secundário. [...] Na memória dos professores primários, as lições da escola normal não os preparava, de modo algum, para esta gestão cotidiana das práticas da sala de aula; donde sua bulimia pela leitura de revistas pedagógicas, onde eles esperavam encontrar suportes para a sua inexperiência (JULIA 2001, p.32).

Este autor investigou a cultura escolar e em seu interior a figura do professor primário, com o mesmo interesse pela formação do professor Leonor Tanuri (2000, p. 61) no artigo intitulado “História da formação de professores” elabora “[...] uma síntese da evolução do ensino normal da perspectiva da ação do Estado e da política educacional por ele desenvolvida”. Nas palavras da autora:

O esforço que hoje se desenvolve no sentido de contemplar novos objetos - os processos e práticas pedagógicos, os saberes escolares, a profissionalização do professor, as representações dos atores envolvidos no processo educativo, a produção da imprensa pedagógica, as questões de classe e de gênero na profissão docente [...] certamente possibilitará novas sínteses futuras. Ressalta-se ainda que a estadualização dos sistemas de formação de docentes desde a sua origem dificultou sobremaneira o presente resgate e a reconstrução minuciosa da trajetória da escola normal (TANURI, 2000, p. 61-62).

No estado de Mato Grosso do Sul estudos a respeito da história da formação de professores têm sido feitos por Rodríguez; Oliveira (2006). No artigo “História das políticas educacionais brasileiras do século XX: a escola normal no Sul do Estado de Mato Grosso (1930-1950)”, as autoras consideram

[...] que a memória se modifica e se rearticula conforme a posição que o sujeito ocupa e as relações que estabelece nos diversos grupos dos quais participa. Assim,

as memórias individuais alimentam-se da memória coletiva e histórica incluindo elementos mais amplos do que a memória construída pelo indivíduo e seu grupo. Nesse processo de relações entre os seres humanos a linguagem constitui-se um dos elementos mais importantes, afirmando o caráter social da memória, ou seja, lembrar e narrar são elementos constitutivos da linguagem, que como um instrumento socializador da memória reduz, unifica e aproxima num mesmo espaço histórico e cultural diversas vivências, recordações e experiências (RODRÍGUEZ; OLIVEIRA, 2006, p.1-2).

Desse modo, pretende-se com esta pesquisa investigar, por meio de entrevistas, como era a formação das professoras da escola primária em Paranaíba, no período de 1967 a 1971. Como elas eram formadas e preparadas para ensinar as crianças?

Conforme Peres (1998),

A potencialidade do uso de fontes orais para a pesquisa é, hoje, em algumas áreas e temáticas, inegável. Elas nos permitem não só a incorporação de grupos sociais marginalizados, ausentes/silenciados das formas de registro convencionais – via de regras, registros escritos – e as experiências de grupos ágrafos na produção acadêmica, mas permitem problematizar e explicitar experiências, situações, acontecimentos, fenômenos, se não totalmente desconhecidos, insuficientemente pesquisados. É o caso das práticas docentes. Temática ausente dos estudos da História da Educação brasileira [...] (PERES, 1998, p. 294).

Assim, com a recuperação das *Memórias da formação das professoras normalistas em Paranaíba – MT (1967 – 1971)*, por meio das entrevistas, foi possível transcrevê-las, e assim contribuir para novas pesquisas e entender como eram formados os professores do Curso Normal no período em estudo.

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa foi contribuir para a historiografia da escolarização da infância no Sul do estado Mato Grosso, no período compreendido entre 1967 a 1971, por meio da recuperação e preservação das memórias da formação das normalistas do Curso Normal de Paranaíba; especificamente localizar professoras que estudaram no referido curso; efetuar entrevistas com as normalistas encontradas e realizar a transcrição das entrevistas para a produção de documento que sirva como instrumento para análises futuras.

Para a recuperação da memória de formação, trajetória e práticas pedagógicas das professoras da escola primária de Paranaíba, de 1967 até 1971, foi realizadas entrevistas de acordo com as definições de História Oral apresentadas por Freitas (2006)

[...] abrir novas perspectivas para pesquisadores de instituições públicas e privadas, bem como para educadores. A experiência acumulada, em mais de uma década, autoriza-nos a ver a História Oral como um método eficaz na constituição de fontes históricas e de pesquisa nas ciências sociais, entre outras possibilidades. No entanto, é preciso considerar globalmente essa fonte e desconsiderar a falibilidade e a seletividade que, porventura, se apresentem nas reminiscências. A subjetividade

deve ser entendida como inerente ao universo simbólico e ideológico do indivíduo e, conseqüentemente, do grupo ao qual pertence e que compartilha de suas memórias. Desta forma, as reminiscências colaboram na constituição da memória histórica e permitem uma interpretação das representações, valores e costumes de um grupo ou de uma sociedade (FREITAS, 2006, p.80).

Desse modo, por meio do roteiro as entrevistas ocorreram como um diálogo e foram efetuadas a partir da localização das professoras que estudaram no Curso Normal de Paranaíba-MS, no período de 1967 a 1971. Em seguida, essas entrevistas foram transcritas, de modo que esse documento sirva como instrumento para análises futuras e estudos sobre a formação de professoras da escola primária e a infância nesta região. Contudo, uma das professoras mencionada neste trabalho, D. Fausta Garcia Ferreira de Freitas, foi entrevistada por Noely Costa Dias Garcia, que a entrevistou com o objetivo de realizar a sua pesquisa: *O ensino da disciplina Didática no Curso Normal em Paranaíba (1967-1971)*, a qual está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação brasileira (GEPHEB).

Sendo assim, os capítulos foram organizados da seguinte forma: no primeiro, trato dos modelos de formação de professores que eram utilizados antes do Curso Normal, o momento em que foi criado o Curso Normal até o período em que foi criado o Magistério, e o surgimento das mulheres na profissão docente. No segundo, abordo a criação do Curso Normal em Mato Grosso, no Sul de Mato Grosso, de Paranaíba e as reformas realizadas no curso. No terceiro, apresento os relatos das normalistas e algumas imagens fornecidas por elas.

1 MODELO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: O INÍCIO DO CURSO NORMAL

No período em que as terras brasileiras começaram a ser colonizadas pelos portugueses, a educação era de responsabilidade dos jesuítas, que tinham como objetivo principal catequizar os índios e impor sua cultura a eles, “[...] passando pelas aulas régias implantadas pelas reformas pombalinas até os cursos superiores criados a partir da vinda de D. João VI em 1808” (SAVIANI, 2009, p. 144); não ocorreram a época demonstrações nítidas de preocupação com a formação de professores.

Ao tratar da história da formação de professores no Brasil, Vicentini; Lugli (2009) citam António Nóvoa (1998), para afirmarem que em Portugal a história da formação de professores não ocorreu de maneira muito diferente do Brasil. Elas apontam que até meados do século XVIII a educação era comandada pela Igreja e só no final deste mesmo século que o ensino escolar passou a ser controlado pelo Estado. As autoras apontam ainda algumas semelhanças que a história da profissão docente de Portugal tem com os outros países e em especial com o Brasil:

[...] inicialmente, o magistério tornou-se a principal ocupação daqueles que o exerciam; num segundo momento, a “licença para ensinar” instituiu um suporte legal para a realização dessa atividade; em seguida, foram criadas instituições destinadas à formação dos futuros professores mediante a transmissão de conhecimentos, técnicas, princípios e normas específicas; e por fim, foram criadas as associações profissionais que, além de produzirem um conjunto de regras e valores próprios da categoria, também, procuraram defender os “interesses socioeconômicos de seus membros” (NÓVOA, 1986 apud VICENTINI; LUGLI, 2009, p.14).

No Brasil, essas mudanças sucederam um pouco tarde em comparação a Portugal, somente a partir do fim do século XIX (período em que ocorreu a laicização da sociedade brasileira)⁵, a educação foi gradativamente se tornando desvinculada da religião e os governantes passaram a se preocupar com a formação de professores. O ensino primário e secundário foi por muito tempo de responsabilidade das Províncias (estas hoje são denominadas estados). A partir deste momento então, principalmente durante o final do século XIX e início do século XX, o

⁵ “A educação foi uma das preocupações dos liberais no decorrer dos tempos, apregoando um ideal de escola [...] Com a implantação da República no Brasil (15-11-1889), aos sete de janeiro de 1890, o Governo Provisório aprovou o decreto 119-A, que estabelecia a separação entre a Igreja e o Estado. A religião católica deixava de ser oficialmente reconhecida.” (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2015, p. 411-412).

[...] espaço de trabalho foi se tornando cada vez mais complexo, pois o sistema escolar passou a abranger instituições voltadas para diversos níveis e modalidades de ensino (primário, médio superior, profissional, de jovens e adultos, infantil etc.) e de natureza distinta (burocráticas, acadêmicas, formativas, associativas e sindicais, públicas e particulares etc.). Tal estruturação não se deu sem conflitos, [...] tais disputas, num primeiro momento, incidiram não só sobre os conhecimentos necessários para o exercício da docência, mas também sobre os valores e as atitudes tidos como os mais adequados para ensinar. Gradativamente, surgiram diversos modelos de formação de professores e ampliou-se a discussão acerca dos critérios e mecanismos mais apropriados para recrutá-los (NÓVOA, 1998 apud VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 17).

No período anterior à criação do Curso Normal (final do século XIX), já havia uma preocupação com a formação de professores, porém, não havia instituições específicas para o preparo da docência. Este momento se caracteriza “[...] de modo geral, pela inexistência de uma formação específica para a docência, substituída pelo atestado de moralidade e conhecimento do que se deveria ensinar, avaliados pelos concursos de nomeação” (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 27). Conforme as autoras o concurso de nomeação determinava capacitado a lecionar aqueles que apresentassem provas de moralidade sujeitadas ao padre e ou ao juiz de paz do local onde eram pretendentes a concorrer à vaga e demonstrassem saber contar, escrever, ler e os princípios da religião.

No dia 1 de março de 1823, por meio de um Decreto, foi criado “[...] uma escola de primeiras letras pelo método de ensino mútuo” (TANURI, 2004, p. 63), conhecido também como método Lancaster⁶. A princípio o objetivo era de instruir os soldados: mandavam para Corte um ou dois militares de cada Província para poder aprender o método e depois eles voltavam para o seu local de origem para disseminá-lo. Depois o método foi utilizado para preparar os professores. Vicentini; Lugli citando Bastos (2005) destacam que este método

[...] foi criado em 1801 na Inglaterra, durante a Revolução Industrial. Os alunos, que podiam chegar a 500 numa classe, eram organizados em grupos menores, que deveriam ser instruídos por um monitor. [...] Os únicos que podiam falar com o professor, para receber as lições de leitura, escrita, cálculo e catecismo eram os monitores, que depois deveriam repetir os ensinamentos a seus respectivos grupos. Os mínimos movimentos eram regulados na classe, tinham que ser realizados em conjunto e silenciosamente. Além dos monitores, havia na classe o inspetor, que se encarregava de vigiar os monitores, de entregar e recolher os utensílios do ensino e

⁶ “Cite-se, por exemplo, que a 29/4/1823 uma Decisão do Governo exige que cada Província envie à Corte “um ou dois indivíduos tirados da Tropa de Linha, sejam da classe dos Oficiais Inferiores, sejam dos soldados, que tenham a necessária e conveniente aptidão para aprenderem o mencionado método, e poderem, voltando à sua Província, dar lições não só aos seus irmãos d’armas, mas ainda às outras classes de cidadãos” (Decisão no 69 – Guerra), E, a 22/8/1823, outra Decisão “manda abonar aos oficiais inferiores e cadetes que vierem das Províncias aprender o método de ensino mútuo uma gratificação mensal, enquanto freqüentarem a dita aula” (Decisão no 129 – Guerra)” (TANURI, 2004, 63).

de dizer ao professor quais alunos deveriam ser premiados ou punidos (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 32).

Outra forma de preparar os futuros professores a lecionar era por meio de professores adjuntos. Esse sistema de “[...] inspiração austríaca e holandesa [...] consistia em empregar aprendizes como auxiliares de professores em exercício” (TANURI, 2004, p.65), sendo que a idade mínima permitida para acompanhar os docentes era de doze a treze anos. Tais modelos de preparação não eram amparados por “base teórica”.

No Brasil houve diversas discussões sobre os modelos de formação de professores, contudo, não podemos afirmar que ocorreram superações entre os primeiros e aquelas que surgiram depois, pois “[...] trata-se de uma sucessão de conflitos entre professores, políticos e intelectuais ligados à educação que discutiram metodologias e currículos mais adequados em cada época.” (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 29), ou seja, podemos afirmar que houve uma variação de modelos de preparação de professores.

Com as discussões e críticas a respeito da forma como os futuros professores estavam sendo preparados, foram fundadas as primeiras escolas normais por iniciativa das Províncias, logo depois da reforma constitucional de 12 de agosto de 1834. O primeiro Curso Normal foi criada no Rio de Janeiro, em Niterói, logo após,

[...] a experiência se repetiu em outras províncias, sendo criadas instituições semelhantes: em Minas Gerais, em 1835 (instalada em 1840); na Bahia, em 1836 (instalada em 1841); em São Paulo, em 1846; em Pernambuco e no Piauí, em 1864 (ambas instaladas em 1865); em Alagoas, em 1864 (instalada em 1869); em São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1869; no Pará, em 1870 (instalada em 1871); em Sergipe, em 1870 (instalada em 1871); no Amazonas, em 1872, embora já em 1871 tivesse sido criada uma aula de Pedagogia no Liceu; no Espírito Santo, em 1873; no Rio Grande do Norte, em 1873 (instalada em 1874); no Maranhão, em 1874, com a criação de uma escola normal particular, subvencionada pelo governo; na Corte, em 1874, também com a criação de uma escola normal particular, subvencionada pelo governo, e em 1876 com a criação de uma escola normal pública (instalada apenas em 1880); no Paraná, em 1876; em Santa Catarina, em 1880; no Ceará, em 1880 (instalada em 1884) (Moacyr, 1939a, 1939b, 1940); no Mato Grosso, em 1874 (Siqueira, 1999, p. 210); em Goiás, em 1882 (instalada em 1884) (Canezin & Loureiro, 1994, p. 28-35; Brzezinski, 1987, p. 39); na Paraíba, em 1884 (instalada em 1885) (Mello, 1956, p. 61). (TANURI, 2004, p.64-65).

A princípio, nas primeiras escolas normais o modelo que adotaram foi o europeu,

[...] especificamente o francês, resultante de nossa tradição colonial e do fato de que o projeto nacional era emprestado às elites, de formação cultural europeia. [...] Assim, as primeiras iniciativas pertinentes à criação de escolas normais coincidem com a hegemonia do grupo conservador, resultando das ações por ele desenvolvidas para consolidar sua supremacia e impor seu projeto político (TANURI, 2004, p.63).

Em todo o país, a criação das escolas normais foi precária, faltavam materiais e verbas para mantê-la; havia poucos interessados no curso, pois para ser professor não era exigido o diploma e também pelo fato de que o salário não era atrativo, por este motivo, era muito comum abrirem as escolas e logo fecharem e depois reabrirem, foi assim por várias vezes. A partir de 1870, com as transformações políticas, culturais e ideológicas, concretizaram-se “[...] as idéias liberais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, bem como de liberdade de ensino. Antes disso, as escolas normais não foram mais que um projeto irrealizado” (TANURI, 2004, p.64). A partir deste momento passaram a valorizar mais o Curso Normal e exigir o certificado de conclusão do curso.

Mesmo com a criação das escolas normais, durante os primeiros cinquenta anos após a sua instalação, muitas pessoas optaram por aprender a lecionar trabalhando como professor adjunto e até alguns presidentes das Províncias preferiram assim, pois consideravam como uma forma mais econômica. Sendo assim, as primeiras escolas normais foram mal sucedidas. No início as escolas funcionaram com

[...] um diretor, que exerceria também a função de professor, e contemplaria o seguinte currículo: ler e escrever pelo método lancasteriano; as quatro operações e proporções; a língua nacional; elementos de geografia; princípios de moral cristã. Os pré-requisitos para ingresso limitavam-se a: “ser cidadão brasileiro, ter 18 anos de idade, boa morigeração e saber ler e escrever”. [...] Devido à consagração do método do ensino mútuo na Lei de 1827 e à sua conseqüente divulgação, as primeiras escolas normais brasileiras reduziam o preparo didático e profissional do mestre à compreensão do referido método (TANURI, 2004, p.64).

De acordo com Tanuri (2004) no início do período Republicano a educação permaneceu a favor dos interesses políticos e econômicos da classe dominante, o ensino primário e secundário continuou sendo de responsabilidade das Províncias e cada uma aderiu às concepções que consideravam que mais favoreceria suas condições. É nesse momento, com a ausência da participação do Governo Federal que

[...] registram-se alguns avanços no que diz respeito ao desenvolvimento qualitativo e quantitativo das escolas de formação de professores, sob a liderança dos estados mais progressistas, especialmente de São Paulo, que se convertera no principal pólo econômico do país. A atuação dos reformadores paulistas nos anos iniciais do novo regime permitiu que se consolidasse uma estrutura que permaneceu quase que

intacta em suas linhas essenciais nos primeiros 30 anos da República e que seria apresentada como paradigma aos demais estados, muitos dos quais reorganizaram seus sistemas a partir do modelo paulista: Mato Grosso, Espírito Santo, Santa Catarina, Sergipe, Alagoas, Ceará, Goiás e outros (TANURI, 2004, p. 68).

Entre os reformadores paulistas podemos destacar Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Carneiro Leão, Fernando de Azevedo, Francisco de Campos e Mário Casassanta, eles defendiam a necessidade de uma educação pública, laica e igualitária. Assim, cada província escolhia um modelo de acordo com suas necessidades.

De acordo com Vicentini; Lugli (2005) partir da década de 1930, alguns educadores se reuniram e discutiram sobre a necessidade de se ter no país um sistema único de ensino para a formação de professores. Conforme as autoras,

O Decreto-Lei n. 8.530, de 02/01/1946, que corresponde à Lei Orgânica do Ensino Normal, procurou dar uma organização nacional à formação de professores, bem como regular a sua articulação com demais tipos e níveis de ensino, tal como fora previsto pela Constituição de 1937, na qual se estabelecera que a União deveria organizar o ensino em todos os níveis no país. Como essa legislação foi fruto de um período caracterizado politicamente pelo autoritarismo em nosso país (o Estado Novo), não houve debates a respeito de seu alcance nem se discutiu qual deveria ser seu objetivo. O resultado foi uma lei minuciosa, que pretendia regular os aspectos cotidianos do ensino, tal como o limite máximo de horas semanais de aula, o modo pelo qual os programas das disciplinas deveriam ser redigidos, chegando mesmo a registrar que “os trabalhos escolares constarão de lições, exercícios e exames”. O único espaço que restou para as diferenciações regionais nessa lei foi com relação aos aspectos de organização administrativa geral dos cursos e a possibilidade de se acrescentar ao currículo proposto pela lei elementos especializados que atendessem às peculiaridades regionais. (VICENTINI; LUGLI, 2005, p.41-42).

Com esta Lei Orgânica do Ensino Normal ocorreram algumas mudanças, tais como: os certificados de conclusão do curso dos professores das escolas primárias passaram a ter validade em todo o país; proibiram as pessoas maiores de vinte e cinco anos de se matricular nos Cursos Normais; dividiram o Normal em ciclos:

[...] o primeiro fornecia o curso de formação de “regentes” do ensino primário, em quatro anos, e funcionaria em Escolas Normais Regionais; o curso de segundo ciclo, em dois anos, formaria o professor primário e era ministrado nas Escolas Normais e nos Institutos de Educação. Além dos referidos cursos, os Institutos de Educação deveriam ministrar os cursos de especialização de professores – para a educação especial, curso complementar primário, ensino supletivo, desenho e artes aplicadas, música e canto – bem como cursos de administradores escolares, para habilitar diretores, orientadores e inspetores. (TANURI, 2004, p. 75-76).

Na década de 1950 obteve-se um aumento significativo na quantidade de pessoas matriculadas nas escolas normais, porém era a minoria que se encontrava em escolas normais públicas. Neste período havia um maior número de escolas normais privadas e a maioria delas

se localizava nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Com o crescimento das escolas normais surgiram várias críticas, entre elas:

[...] o despreparo dos estudantes que se destinavam ao Ensino Normal, pois eram aceitos alunos oriundos de qualquer dos cursos profissionalizantes (vocacionais) de primeiro ciclo ou do ginásio (com destinação acadêmica); a baixa exigência de muitas instituições com relação ao nível de conhecimentos necessário para a diplomação; e, finalmente, a falta de articulação entre as diversas disciplinas que compunham o currículo (VICENTINI; LUGLI, 2005, p.47).

Conforme Vicentini; Lugli (2005) na década de 1960 foram criados Cursos Normais no período noturno e adotaram os mesmos modelos das que funcionavam no período matutino. No entanto, os alunos matriculados no período noturno em comparação com aqueles matriculados no período matutino, conseguiam obter pouco aproveitamento das aulas devido ao cansaço.

A Lei 5.692/71, que estabeleceu diretrizes e bases para o primeiro e o segundo graus, contemplou a escola normal e, no bojo da profissionalização obrigatória adotada para o segundo grau, transformou-a numa das habilitações desse nível de ensino, abolindo de vez a profissionalização antes ministrada em escola de nível ginásial. Assim, a já tradicional escola normal perdia o *status* de “escola” e, mesmo, de “curso”, diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Desapareciam os Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores para o curso normal passou a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia (TANURI, 2004, p.80).

Portanto, com a Lei 5.692/71, o ensino foi modificado, entre eles o Curso Normal. Assim, ocorreu uma reestruturação do Curso Normal que se tornou Curso de Habilitação Específica para o Magistério (HEM).

1.1 A inserção feminina na docência

Conforme já afirmado, período Colonial, a Igreja Católica apresentava pleno poder sobre a educação da população. Os conflitos entre a Companhia de Jesus e a Coroa portuguesa, impediram a ampla interferência da religião na educação da sociedade, mas somente com a passagem do período Imperial para o Republicano, é que a Igreja Católica perdeu parte da sua força. Este momento ficou marcado por sérias mudanças, porém alguns

dos ideários pregados pela igreja permaneceram. Entre as mudanças que ocorreram, podemos afirmar que:

[...] estabeleceu a liberdade de culto, o casamento civil, a laicização plena dos cemitérios, a inelegibilidade dos clérigos para cargos públicos e a negação do direito ao voto aos padres e a proibição do ensino religioso nas escolas, premissas lideradas por intelectuais do porte de Rui Barbosa, Caetano de Campos e Rangel Pestana, entre outros (ALMEIDA, 2004, p.66).

De acordo com Almeida (2004) o período Imperial se estendendo até o Republicano havia pouca educação escolar; para o público feminino, menos ainda. A educação feminina ficou limitada aos conventos, com exceção de algumas famílias que contratavam professores particulares para ensinar as filhas a aprender ler e escrever em suas residências, dando ênfase às prendas domésticas. Nos conventos as jovens aprendiam a: “[...] bordar, coser, fazer doces, ler, escrever e contar; um pouco de latim, música e história sagrada. Uma educação que visava, sobretudo, preparar as jovens para o casamento em idade de extrema juventude” (ALMEIDA, 2004, p.66). A educação que as meninas recebiam era diferenciada da educação dos meninos, porém, neste período a divisão da educação não estava restrita apenas por sexo, havia também as divisões por classe social, raça e etnia.

Conforme Louro (2012), as crianças filhas de escravos não tinham acesso ao ensino escolar:

[...] a escravidão significava uma negação do acesso a qualquer forma de escolarização. A educação das crianças negras se dava na violência do trabalho e nas formas de luta pela sobrevivência. As sucessivas leis, que foram lentamente se *afrouxando* os laços do escravismo, não trouxeram, como consequência direta ou imediata, oportunidades de ensino para os negros (LOURO, 2012, p.445).

Em relação ao ensino escolar das crianças indígenas, “[...] estava ligada às práticas de seus próprios grupos de origem e, embora fossem alvo de alguma ação religiosa, sua presença era, contudo, vedada nas escolas públicas (LOURO, 2012, p.445). Já sobre o ensino escolar das crianças da camada popular, elas estavam “[...] desde muito cedo, envolvidas nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado dos irmãos menores, e que essas atribuições tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada para elas” (LOURO, 2012, p.445).

De acordo com Almeida (2004), as mulheres não tinham liberdade, deveriam confessar aos padres até mesmos os seus pensamentos. A Igreja Católica ditava normas sobre o comportamento das pessoas, principalmente daquelas do sexo feminino, o comportamento

destas e o pensamento deveriam ser contido e aquelas que não seguiam a moral cristã eram condenadas. O comportamento era controlado por meio da

[...] exacerbada vigilância de pais, irmãos e maridos, encarregados de extirpar nas mulheres sob sua guarda qualquer tentativa de *pecado carnal*. As mentes eram passíveis de serem adestradas por uma *pedagogia do temor e da culpa* que fazia as mulheres reféns de sua própria aura de sedução e capacidade de despertar o desejo masculino (ALMEIDA, p.67).

Para Almeida (2004), Sempre era lembrada às mulheres a história bíblica de Eva, para que carregassem o sentimento de culpa e assim conseguiriam controlar o comportamento e o pensamento delas. Era comum encontrar no interior das casas confessionalista durante o século XIX se estendendo até o XX. As mulheres deveriam se espelhar em Maria “[...] com atributos de santa, anjo de bondade e pureza, qualidades que todas deveriam possuir para serem dignas de coabitar com os homens e com eles gerar e criar filhos” (ALMEIDA, p. 68). Conforme a autora, desde criança, as mulheres aprendiam que deveriam ser submissas e dependentes dos homens e que teriam que aceitar sem questionar.

A identidade feminina, resguardada entre os vários segmentos sociais, era definida numa moldura cultural em que valores, normas, expectativas, imagens, regras, conceitos e preconceitos compunham o arcabouço social e determinavam os hábitos e costumes. Das mulheres esperava-se a permanência no espaço doméstico, o recato, a submissão, o acatamento da maternidade como a mais elevada aspiração. Dos homens, a atuação no espaço público, no mundo do trabalho, na política, o exercício da liberdade, inclusive sexual, a incorporação dos atributos de proteção e autoridade (ALMEIDA, 2004, p. 73).

De acordo com Almeida (2004), as mulheres não podiam trabalhar em ambientes que não fossem suas residências, exceto se fosse para ser parteira ou para cuidar de alguém, porém, não podiam receber por seus serviços. Em meados do século XIX criaram o Curso Normal exclusivamente para as mulheres e assim a docência se tornou uma ótima oportunidade de se profissionalizar.

Nos anos finais do Império, as escolas normais foram sendo abertas às mulheres, nelas predominando progressivamente a frequência feminina e introduzindo-se em algumas a coeducação. Já se delineava nos últimos anos do regime monárquico a participação que a mulher iria ter no ensino brasileiro. [...] De um lado, o magistério era a única profissão que conciliava as funções domésticas da mulher, tradicionalmente cultivadas, os preconceitos que bloqueavam a sua profissionalização, com o movimento em favor de sua ilustração, já iniciado nos anos 70. De outra parte, o magistério feminino apresentava-se como solução para o

problema de mão-de-obra para a escola primária, pouco procurada pelo elemento masculino em vista da reduzida remuneração (TANURI, 2004, p. 66).

Conforme Tanuri (2004), embora se tenha permitido às mulheres serem professoras, elas não podiam estudar junto com os homens; havia uma instituição específica para cada sexo. Além disso, as matérias também eram diferenciadas por sexo. Com a Reforma Leôncio de Carvalho foi decretada a Lei 7.247, de 19 de abril de 1879, que especificou as disciplinas que deveriam ser aplicadas no Curso Normal.

O currículo deveria abranger as seguintes matérias: língua nacional; língua francesa; aritmética, álgebra e geometria; metrologia e escrituração mercantil; geografia e cosmografia; história universal; história e geografia do Brasil; elementos de ciências físicas e naturais e de fisiologia e higiene; filosofia; princípios de direito natural e de direito público, com explicação da Constituição Política do Império; princípios de economia política; noções de economia doméstica (para as alunas); pedagogia e prática do ensino primário em geral; prática do ensino intuitivo ou lição de coisas; princípios de lavoura e horticultura; caligrafia e desenho linear; música vocal; ginástica; prática manual de ofícios (para os alunos); trabalhos de agulha (para as alunas); instrução religiosa (não obrigatória para os acatólicos) (TANURI, 2004, p. 67).

Assim, para Almeida (2004), gradativamente foram aumentando a quantidade de mulheres interessadas pelo Curso Normal e diminuindo a quantidade de homens interessados, pois eles almejavam uma profissão que fosse melhor remunerada, aqueles que continuavam, concluíam-no com o objetivo de atuar nos cargos administrativos. O motivo pelo qual permitiram a mulher lecionar, não foi somente por causa do desinteresse dos homens, mas também conforme Almeida (2004):

Uma das crenças ilusórias que o imaginário republicano brasileiro entreteceu e que se estendeu ao século XX foi a fé do liberalismo no poder da escola. Como baluarte da concretização dessa crença, erigiu-se um outro emblema: a destinação vocacionada feminina para educar a infância. Essa imagética, que se estruturou nos finais dos oitocentos e persistiu ao longo do século XX, estava voltada principalmente para um simbolismo atávico ancorado no potencial de redenção pela pureza e amor ao próximo, atributos dos quais as mulheres eram/são possuidoras, e teve o efeito de maximizar a importância feminina na educação escolar (ALMEIDA, 2004, p. 61).

Conforme a autora, ser professora passou a ser a única profissão que as mulheres poderiam seguir, mas mesmo com a permissão para trabalhar, o trabalho doméstico e o cuidar do marido e dos filhos deveriam estar em primeiro plano, só se tivesse tempo sobrando é que elas poderiam dar aulas. “O trabalho para as mulheres das classes média e dominante era

permitido e aceito somente em casos excepcionais e necessidade extrema, como viuvez ou falência financeira” (ALMEIDA, 2004, p. 77-78).

Assim, para a autora, até 1930, as mulheres poderiam lecionar apenas em um período, após esse momento tornou-se necessário trabalhar dois períodos. De acordo com Brabo (2005, p. 114) “[...] com a expansão da industrialização e da urbanização, foram criadas inúmeras escolas públicas na maioria dos municípios. Devido à falta de profissionais para atender à demanda, houve a duplicação da jornada dos professores, que passam a trabalhar mais e a ganhar menos”.

A primeira conquista das mulheres foi o direito ao conhecimento e que possibilitou outros direitos. No século XX ocorreram as primeiras manifestações organizadas pelas mulheres, nas quais elas reivindicavam por “[...] educação, instrução e privilégios sociais, como trabalho e profissão, além do direito ao voto” (ALMEIDA, 2004, p. 79). Conforme a autora, as manifestações que ocorreram por iniciativas das mulheres de classe média e alta, não foram numerosas, mas foi o suficiente para abalar os valores morais e ocasionar questionamentos e assim gradativamente as mulheres começaram a ter um pensamento diferente sobre a identidade que lhes foi forjada.

No ano de 1945 foi criada em São Paulo a Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal (APESNOESP) que tinha o objetivo de

[...] dar visibilidade às reivindicações específicas da categoria: entre elas, a primeira era o aumento de vencimentos, seguida da necessidade de regularização dos pagamentos, que sofriam constantes atrasos, tanto na parte fixa do salário como na parte variável, correspondente à participação em bancas e às aulas extraordinárias. Estas últimas aulas chegaram a ter seu pagamento atrasado em quase um ano, o que era bastante penoso para os professores, uma vez que estas frequentemente ultrapassavam a parte fixa do salário (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 93).

Eram também constantes os atrasos de pagamento dos professores do ensino primário. No final dos anos de 1950, estes professores passaram a expressar sua insatisfação com o salário. “Também é nesse período que o movimento dos professores começa a estabelecer articulações nacionais, que vão culminar no início da década de 1960 com a criação da Conferência dos Professores Primários do Brasil” (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 94). É importante ressaltar que, mesmo com a criação da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), as manifestações dos professores ocorreram principalmente em âmbito estadual.

No final da década de 1960 e início de 1970 foi período de regime militar (1964-1985), momento em que havia “[...] repressão aos movimentos sociais e explícito controle sobre as atividades culturais, educacionais, políticas, religiosas” (LOURO, 2012, p. 472). Neste período foi regulamentada a forma como o professor deveria atuar:

[...] procedimentos e relações de ensino são disciplinados, especialmente através da burocratização das atividades escolares, de edição de livros e de manuais para docentes, da revitalização de disciplinas como educação moral e cívica, do controle policial sobre as preferências político-ideológicas do professorado etc. acompanha essa nova orientação do campo educativo uma ênfase no caráter profissional da atividade docente, o que é feito relegando o afeto, a espontaneidade e a informalidade nas relações intraescolares a uma posição secundária. Há uma tendência em se substituir a representação da professora como *mãe espiritual* por uma nova figura: a de *profissional do ensino* (LOURO, 2012, p. 472).

Assim, após a inserção da mulher na docência e com o crescimento populacional urbano, os professores, a maioria mulheres, começaram a reivindicar por suas melhores condições de trabalho e de salário.

2 CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO CURSO NORMAL NO ESTADO DE MATO GROSSO

O primeiro Curso Normal de Mato Grosso foi criada no dia 5 de maio de 1837 por meio da Lei Provincial nº 8, mas foi em 1840 que a escola começou a funcionar na capital, Cuiabá, e permaneceu funcionando durante três anos. Conforme Garcia (2015, p. 54) “[...] o curto período de permanência da escola se deve à falta de recursos, da mudança de governo, interesses políticos, e também pela pouca procura pelo curso por parte da população, sendo reaberta somente mais tarde [...]”.

Somente após 34 anos, foi aprovada a Lei nº 13 de 9 de julho de 1874 que permitia a criação do Curso Normal, porém sua instalação ocorreu em 1875, mas, de acordo com Oliveira (2011):

[...] o curso foi absorvido pelo Liceu de Línguas e Ciências, em 1879, que tinha como finalidade, também, habilitar professores para o magistério primário, até ser fundado o Externato do Sexo Feminino para formação de mestras, com a reforma de 1889, no governo do presidente Antonio Herculano de Souza Bandeira, mas extinguiu-se nos albores da República, ou seja, foi anexado ao Curso de Preparatórios (OLIVEIRA, 2011, p.80).

No início do século XX, momento em que Pedro Celestino Corrêa da Costa (1908 – 1911) era o governador do estado de Mato Grosso, foram implantadas algumas reformas que visavam a desenvolvimento do estado, entre elas está a reorganização do ensino primário e da formação de professores. Sendo assim, foram contratados dois professores normalistas de São Paulo. Estes professores, “[...] assumiram, imediatamente, a Reforma Educacional do Ensino Primário, começando com a criação da escola normal e de dois grupos escolares na Capital” (OLIVEIRA, 2011, p. 83). Deste modo, no dia 4 de julho de 1910, foi criado o Curso Normal pela Lei nº 533 e regulamentada pelo Decreto 266 do dia 3 de dezembro 1910, porém o seu funcionamento ocorreu em 1911. Nesse período, para aqueles que concluíram o Curso Normal, eram dados privilégios no concurso de seleção para ingressar na profissão de docente.

Desde então, com as mudanças de governador foram implantadas diversas reformas, entre elas, podemos destacar a de 1914, 1927 e 1937. Na reforma de 1914, período que

Joaquim Augusto da Costa Marques (1911 – 1915) era o governador do estado, o Curso Normal passou a ser de quatro anos, conforme o Decreto nº353 de 13 de maio de 1914. Em 1927, momento em que o governador era Mario Corrêa da Costa (1926 – 1930), foi elaborado

um projeto e regulamentada a reforma do ensino primário e do Curso Normal, por meio do Decreto nº 759 de 22 de abril de 1927. Conforme Oliveira (2011),

[...] a Reforma sinalizava na direção do método do ensino intuitivo, e a Escola Normal deveria preparar os professores de forma que pudessem observar, em seu trabalho educativo, normas básicas tais como: passar do concreto para o abstrato, do simples para o composto e o complexo, do imediato para o mediato, do conhecido para o desconhecido. Portanto, deveriam fazer o mais largo emprego da intuição e, assim: conduzir a classe às regras e às leis pelo caminho da indução; conservar a finalidade educativa e procurar o melhor caminho para alcançá-la [...] (OLIVEIRA, 2011, p. 86).

No regulamento de reformas de 1927 constam também normas sobre: concurso; aposentadoria dos professores, estabilidade profissional; divisão de categorias dos professores públicos primários em efetivos e interinos; e anexos ao Curso Normal, grupo escolar-modelo e cursos complementares. A reforma de 1937, quando Julio Strubling Müller (1937 – 1945) estava governando, colocou o Curso Normal absorvida pelo Liceu de Línguas e Ciências, por meio do Decreto nº 112 de 29 de dezembro de 1937.

Neste contexto, entre 1910 e 1940,

O estado de Mato Grosso apesar de estar fora do círculo capitalista de modernização econômica – que implicava um processo de crescente industrialização e urbanização – suas elites dominantes influenciadas pelo clima reinante no país, também procuraram desencadear condições de infra-estrutura (estradas, ferrovias, pontes, entre outros), buscando alavancar o seu desenvolvimento (OLIVEIRA; RODRÍGUEZ, 2006, p. 2).

Dentre todos estes fatos, foi criada o segundo Curso Normal do Estado de Mato Grosso na cidade de Campo Grande, localizada no Sul do Estado, como pode ser verificado no próximo item.

2.1 Cursos Normais no Sul de Mato Grosso

Com a expansão das ferrovias e das rodovias para o sul do estado de Mato Grosso, o município de Campo Grande passou a ser o centro das ligações comerciais, conseqüentemente, alvo de interesses, e assim atraiu vários imigrantes. De acordo com Oliveira (2011),

[...] a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na cidade de Campo Grande, em 1914, quando contava com 1.800 habitantes, impulsionou a

criação de cidades (como Três Lagoas), o crescimento das já existentes (como Aquidauana e Miranda), além de ter articulado, mais rapidamente, o sul de Mato Grosso com os centros mais desenvolvidos do País (São Paulo, por exemplo).

Assim, com o crescimento da população surgiu a necessidade de mais escolas públicas e conseqüentemente mais professores. Então, em decorrência destes fatos, foi criada pelo governador Aníbal Toledo na cidade de Campo Grande no dia 21 de abril de 1930 o primeiro Curso Normal estadual do sul do estado de Mato Grosso, porém a escola começou a funcionar em 1931; no ano de 1930 funcionou apenas o curso complementar. Conforme Garcia (2015, p. 56), “Muitos educadores formados nesta instituição espalharam-se por todo o estado, especialmente na região sul, para lecionar e, às vezes, ocupar cargos administrativos da educação”.

No início, o funcionamento do Curso Normal de Campo Grande não foi diferente das outras escolas do país, o seu funcionamento era precário tanto em relação ao edifício quanto aos móveis. Conforme Oliveira; Rodríguez (2006), além da precariedade que se encontravam no Curso Normal, não havia no município de Campo Grande professores para lecionar no Curso Normal, por esse motivo, foi necessário contratar professores da capital, Cuiabá, e do estado de São Paulo. Quanto aos alunos, eram submetidos a regras rigorosas, tais como: deveriam usar uniformes; era proibido levar para a escola dinheiro ou qualquer tipo de objeto de valor; era considerada falta aos alunos que bocejassem ou espreguiçassem, a aqueles que desacatassem moral ou fisicamente, qualquer funcionário da escola, que danificassem os móveis ou prédio escolar; eram essas e outras regras.

O Curso Normal de Campo Grande era de quatro anos (segundo o Decreto nº353 de 13 de maio de 1914) e composto pelas seguintes disciplinas:

Primeiro ano: português, aritmética, francês, geografia, desenho; ginástica e trabalho; Segundo ano: português, francês, corografia, matemática, desenho; psicologia; ginástica e trabalho; Terceiro ano: português, pedagogia, física e química, história universal, história natural, higiene; desenho e ginástica; Quarto ano: didática e história da educação, história do Brasil, física e química, literatura, história natural e higiene, música (OLIVEIRA; RODRÍGUEZ, 2006, p.6).

Após três anos de funcionamento do Curso Normal de Campo Grande, foi realizada uma nova reforma. Foi aprovado o Decreto nº 271, de 18 de maio 1933, “[...] que definia o

conteúdo de preparo técnico-pedagógico, de modo específico, ao incluir na grade curricular disciplinas como Pedagogia e Psicologia, no 2º ano, e Didática e História da Educação, no 4º ano” (OLIVEIRA, 2011, p. 94), e também, os alunos do Curso Normal deveriam realizar na

escola modelo, a prática. Os objetivos de realizarem as reformas era de formar professores normalistas para substituir os professores leigos, porém, neste período houve pouca procura pelo Curso Normal.

Em 1938, o Curso Normal de Campo Grande foi fechado e assim permaneceu ao longo de nove anos. Por meio da Lei nº834, de 31 de janeiro de 1947, o Curso Normal foi instalado novamente e “[...] organizada em dois ciclos conforme a Lei Orgânica do Ensino Normal, o primeiro destinado à formação de regentes do ensino de quatro anos e o segundo para a formação de professores para atuar no ensino primário” (OLIVEIRA; RODRÍGUEZ, 2006, p.8), em três anos. Após dois anos da reinstalação do Curso Normal de Campo Grande, foi instalada no município de Aquidauana o segundo Curso Normal do sul do estado por meio da Lei n. 342 de 12 de dezembro de 1949.

Conforme Oliveira (2011), na década de 1950 os Cursos Normais de Mato Grosso encontravam-se em situações precárias: “[...] nesse período, havia no Estado seis Escolas Normais, três particulares e três estaduais, localizadas nos municípios de Cuiabá (2), Campo Grande (2), Corumbá (1), Aquidauana (1). Dentre 1.261 professores, apenas 300 tinham o diploma de normalista” OLIVEIRA, 2011, p. 100).

Com a falta de interessados no Curso Normal e visando à formação de professores com o objetivo de diminuir a quantidade de professores leigos, funcionaram cursos de férias em algumas cidades do sul do estado, tais como: Cuiabá (capital), Campo Grande, Aquidauana, Dourados, Ponta Porã, Amambaí e Três Lagoas. De acordo com Garcia (2015, p. 58), “[...] a falta de formação dos professores foi um dos fatores determinantes para o estado não atingir a instrução pública que almejava, visto que a criação de escolas em lugares em que não havia demanda pela população também foi decisivo. Por isso houve muito “abre e fecha” das Escolas Normais em Mato Grosso”.

Em 1958, momento em que Ponce Arruda (1956 – 1961) era o governador, o Curso Normal passou a ser de três anos pelo Decreto nº555, de 31 de outubro de 1958, e também foram incorporadas as seguintes disciplinas: Sociologia Educacional e História e Filosofia da Educação. Até este período (1958) a quantidade de professores formados no Curso Normal no estado era bem reduzida em comparação aos professores leigos. Já em 1961, ocorreu um aumento de Cursos Normais em Mato Grosso.

2.2 O processo de criação e ingresso do Curso Normal em Paranaíba

Conforme Garcia (2015), o primeiro Curso Normal de Paranaíba foi instalada em 1964 no Educandário Santa Clara e permaneceu funcionando durante três anos, e o segundo, que propomos estudar, começou a funcionar em 1967 em um prédio cedido pelo Rotary Club. Sendo assim, o Curso Normal estadual de Paranaíba passou a funcionar no período em que Pedro Pedrossian (1966-1971) era o governador do estado, depois de dois anos de instalação do Curso Normal do Educandário Santa Clara e após a publicação no Diário Oficial da Lei nº 2.635 de agosto de 1966, como podemos observar na Figura 2:

FIGURA 2: Diário Oficial (Lei nº 2.635 de agosto de 1966).

8 DE AGOSTO DE 1966	DIÁRIO OFICIAL	PÁGINA 3
<p>1.3.2.0 — Serviços Diversos, inclusive tratamento hospitalar.</p> <p>3.1.3.9 — Locação de Imóveis, todos do orçamento vigente.</p> <p>Artigo 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.</p> <p>Palácio Alencastro, em Cuiabá, 3 de agosto de 1966, 145º da Independência e 78º da República.</p> <p>PEDRO PEDROSSIAN Civis Muller da Silva Pereira Adene Corrêa Sottervia</p>	<p>Legislativa de Estado decreta e eu sanciono a seguinte lei:</p> <p>Artigo 1º — Fica criada uma ESCOLA NORMAL (2º ciclo), na cidade de Paranaíba.</p> <p>Artigo 2º — para compor a lotação de que trata o artigo anterior, ficam criados os seguintes cargos: isolados de provimento em comissão, 1 (hum) Diretor, padrão Z5; 1 (hum) Secretário, padrão P; isolados de provimento efetivo, 14 (catorze) professores padrão Z2; 1 (hum) Escrivão, classe M; 1 (hum) Inspetor de Alunos, classe J; 1 (hum) Porteiro, classe PT4, e 1 (hum) Contínuo. Extranumerário — Mensalista, referência VIII.</p> <p>Artigo 3º — As despesas decorrentes desta lei, serão incluídas em verba própria no orçamento para 1967.</p> <p>Artigo 4º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1967, revogadas as disposições em contrário.</p> <p>Palácio Alencastro em Cuiabá, 3 de agosto de 1966, 145º da Independência e 78º da República.</p> <p>PEDRO PEDROSSIAN Wilson Rodrigues</p>	<p>LEI N. 2 637, de 3 de agosto de 1 966.</p> <p>Acrescenta um artigo nas disposições gerais da Lei n. 1614 de 23 de outubro de 1 931.</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO:</p> <p>Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte lei:</p> <p>Artigo 1º — O Artigo 21 da Lei n. 1614 passará a ter a seguinte redação:</p> <p>Quando a situação financeira permitir poderá o IPEMAT aplicar parte de suas reservas, a critério do Governador ou do Conselho Fiscal, na aquisição de ações preferenciais com o fim de sociedade por ações de que o Estado seja delas participante majoritário.</p> <p>Artigo 2º — Os artigos 21, 22, 23 e 24, da Lei n. 1614 passará a ser os 22, 23, 24 e 25 respectivamente.</p> <p>Artigo 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.</p> <p>Palácio Alencastro em Cuiabá, 3 de agosto de 1 966, 145º da Independência e 78º da República.</p> <p>PEDRO PEDROSSIAN F. Leal de Queiroz</p>
<p>LEI N. 2 635 DE 3 DE AGOSTO DE 1966.</p> <p>Abre no corrente exercício, o crédito especial de Cr\$ 2.354.000, para o fim que especifica.</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO:</p> <p>Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Artigo 1º — Fica aberto, no corrente exercício na Secretaria de Educação e Cultura, o crédito de Cr\$ 2.354.000 (dois milhões trezentos e cinquenta e quatro mil cruzeiros), supletivo à verba 3.1.3.6 — Serviços de Terceiros — consignação 3.1.3.9 — LOCAÇÃO DE IMÓVELS — da BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO do vigente orçamento.</p> <p>Artigo 2º — As despesas decorrentes com a execução da presente lei, serão cobertas com o processo de arrecadação que os índices técnicos autorizam prever.</p> <p>Artigo 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.</p> <p>Palácio Alencastro, em Cuiabá, 3 de agosto de 1966, 145º da Independência e 78º da República.</p> <p>PEDRO PEDROSSIAN Civis Muller da Silva Pereira Wilson Rodrigues</p>	<p>LEI N. 2 636, de 3 de agosto de 1966.</p> <p>Eleva a Escola Normal Regional Madre Marta Ceruti, de Barra do Garças a categoria de Escola Normal do segundo ciclo.</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO:</p> <p>Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte lei:</p> <p>Artigo 1º — A Escola Normal Regional Madre Marta Ceruti, de Barra do Garças é elevada a categoria de Escola Normal do 2º ciclo, com a mesma denominação e o mesmo quadro funcional.</p> <p>Artigo 2º — A Secretaria de Educação e Cultura adotará as providências necessárias à transformação estabelecida na presente lei.</p> <p>Artigo 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.</p> <p>Palácio Alencastro em Cuiabá, 3 de agosto de 1966, 145º da Independência e 78º da República.</p> <p>PEDRO PEDROSSIAN Wilson Rodrigues</p>	<p>LEI N. 2. 638, de 3 de agosto de 1 966.</p> <p>Modifica a aplicação de auxílio concedido à Prefeitura Municipal de Barra do Garças.</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO:</p> <p>Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Artigo 1º — Fica a Prefeitura Municipal de Barra do Garças autorizada a aplicar na construção do aterro do Córrego Grande, na estrada da Colônia Agrícola do mesmo nome, as verbas já recebidas do Estado, num total de Cr\$ 7.000.000- (sete milhões de cruzeiros) para a construção de uma balsa no Porto de Dumbasinho.</p> <p>Artigo 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.</p> <p>Palácio Alencastro em Cuiabá, 3 de agosto de 1 966, 145º da Independência e 78º da República.</p> <p>PEDRO PEDROSSIAN Civis Muller da Silva Pereira</p>
<p>LEI N. 2 635 DE 3 DE AGOSTO DE 1966.</p> <p>Cria uma Escola Normal (2º Ciclo), na cidade de Paranaíba.</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO:</p> <p>Faço saber que a Assembléia Le-</p>	<p>Legislativa de Estado decreta e eu sanciono a seguinte lei:</p> <p>Artigo 1º — Fica criada uma ESCOLA NORMAL (2º ciclo), na cidade de Paranaíba.</p> <p>Artigo 2º — para compor a lotação de que trata o artigo anterior, ficam criados os seguintes cargos: isolados de provimento em comissão, 1 (hum) Diretor, padrão Z5; 1 (hum) Secretário, padrão P; isolados de provimento efetivo, 14 (catorze) professores padrão Z2; 1 (hum) Escrivão, classe M; 1 (hum) Inspetor de Alunos, classe J; 1 (hum) Porteiro, classe PT4, e 1 (hum) Contínuo. Extranumerário — Mensalista, referência VIII.</p> <p>Artigo 3º — As despesas decorrentes desta lei, serão incluídas em verba própria no orçamento para 1967.</p> <p>Artigo 4º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1967, revogadas as disposições em contrário.</p> <p>Palácio Alencastro em Cuiabá, 3 de agosto de 1966, 145º da Independência e 78º da República.</p> <p>PEDRO PEDROSSIAN Wilson Rodrigues</p>	<p>LEI N. 2 637, de 3 de agosto de 1 966.</p> <p>Acrescenta um artigo nas disposições gerais da Lei n. 1614 de 23 de outubro de 1 931.</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO:</p> <p>Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte lei:</p> <p>Artigo 1º — O Artigo 21 da Lei n. 1614 passará a ter a seguinte redação:</p> <p>Quando a situação financeira permitir poderá o IPEMAT aplicar parte de suas reservas, a critério do Governador ou do Conselho Fiscal, na aquisição de ações preferenciais com o fim de sociedade por ações de que o Estado seja delas participante majoritário.</p> <p>Artigo 2º — Os artigos 21, 22, 23 e 24, da Lei n. 1614 passará a ser os 22, 23, 24 e 25 respectivamente.</p> <p>Artigo 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.</p> <p>Palácio Alencastro em Cuiabá, 3 de agosto de 1 966, 145º da Independência e 78º da República.</p> <p>PEDRO PEDROSSIAN Civis Muller da Silva Pereira</p>

Esta Lei autorizou a criação do Curso Normal no município de Paranaíba no ano de 1966 permitindo que o seu funcionamento iniciasse no ano de 1967 e que a escola poderia ser composta por vinte funcionários, sendo estes: um diretor, quatorze professores, um porteiro, um secretário, um inspetor de alunos, um escriturário e um contínuo. Conforme Garcia (2015, p.87):

Para exercer algum dos cargos profissionais (diretor, diretor-substituto e secretário) na Escola Normal, caberia ao candidato comprovar idoneidade moral e social, e no caso do professor, ele também deveria prestar o exame de suficiência, conforme regulamentado no artigo 117 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, prescrevendo que preencheria o cargo aquele que fosse aprovado nesse teste. Também era cobrado da escola uma lista de documentos que deveria ser anexada a esse parecer; assim, somente após o cumprimento de todos os requisitos solicitados, o Conselho autorizaria o início das aulas.

Nesse sentido, a diretora e os professores⁷ da primeira turma do Curso Normal foram: Silvia Geralde Neves (diretora e professora) Alice Maria Ferraz, Dra. Liggia Mancini Coelho, Ana Rita Gomes da Silvia, Célia Gomes da Silvia, Dr. Daladier Agi, Joana D'arc dos Santos, Joana Leal de Mello, José Álvaro Agi, Laura Maria Nogueira, Magaly Tomaz Amaral, Maria Auxiliadora Neves Machado⁸, Maria Madalena de Freitas, Pr. Manoelino Luges Nogueira, Dr. Martinho da Palma Mello, Nádia Mary Agi e Dr. Sebastião de Freitas Silveira.

Apesar de a Lei nº 2.635 de agosto de 1966 ter permitido a criação do Curso Normal em Paranaíba, seu funcionamento só foi possível após ser constatado que todas as exigências do Parecer nº12/67 estavam de acordo. Conforme Garcia (2015, p. 86)

[...] para que a autorização legal do Curso Normal acontecesse, era necessário que as instalações da escola e as documentações exigidas pela Secretária de Educação e Cultura do estado de Mato Grosso estivessem em conformidade com a Lei Estadual nº 2.635/66, uma vez que, havendo irregularidades de uma dessas partes, não seria permitido dar início às aulas. Assim esperava-se que toda a parte de arquitetura estivesse adequada e também a documentação para que, assim, pudesse dar autorização para o funcionamento.

Ainda sobre a instalação do Curso Normal, realizamos uma leitura das atas do Rotary Club, porém tivemos algumas dificuldades em ter acesso, pois o presidente viabilizou o contato apenas com as atas do período da pesquisa e também nos ajudou a procurar as

informações sobre o Curso Normal. Em uma das atas do o Rotary Club fotografadas podemos verificar na penúltima linha do texto, registrado por um de seus membros, na reunião do dia

⁷ Os nomes dos professores que lecionaram no Curso Normal estão redigidos de acordo com o convite de formatura.

⁸ A professora Maria Auxiliadora Neves Machado era conhecida pelos colegas de Dorinha.

08 de março de 1967, que entre os assuntos discutidos, eles comentaram que foi instalado o Curso Normal estadual no prédio cedido pelo Rotary:

FIGURA 3: Ata do dia 8 de março de 1967.

Ata nº 35.

Aos 8 (oito) dias do mês de Março de 1967 (quinta-feira), nesta cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, no local da Casa da Juventude, edifício da Escola Rotary, sito à Rua Dr. Waldemar Jacinto Jones, nº 19, às 19 horas, sob a presidência do Compañheiro Mayoff, reuniu-se o Rotary Club para a presença de 17 Compañeiros e 3 convidados, cujas assinaturas constam às f. 68 do presente livro. Iniciando o trabalho, o presidente convidou todos a saudar ao Pátrio Nacional, o que foi feito com entusiasmo pelas palavras de ordem. Do expediente, consta o seguinte: não foi lida a ata da reunião anterior por não ter sido a mesma lavrada por motivo justo pela ausência do secretário; apresentados a secretaria e recuperados os Compañeiros, foi B. Campos e foi Ag. do Rotary Club de José Bayão, sendo o mesmo o responsável pela reunião do dia 3 do corrente. Foi lido o relatório lido e circulares, sendo que uma do Rotary de Columbia, convidando-nos para a Xª Conferência Distrital a realizar-se nos próximos dias, e a seguinte de Aracaju, comunicando-nos a composição do novo Conselho Distrital para o ano rotário 1967/1968. Na palavra livre usaram na seguinte ordem: enalteceu o Clube pela instalação, no prédio da Escola Rotary, da Escola Normal Estadual e do curso Estadual Waldemar Jacinto Jones; disse ainda que foi convidado pelo Reitor Padre Paulo Paes para, junto ao Club, solicitar apoio na "Campanha de Falsidade", e pediu para ser nomeada uma comissão para tratar do assunto. Cof. não as palavras do Protocolo. Deladiz, na qualidade de Diretor do Protocolo, fez a saudação aos convidados presentes - Padre Paulo, Padre Xavier e jornalista Aracaju. Reiterou a necessidade da presença dos Compañeiros à Xª Conferência Distrital dizendo do valor e importância deste Conselho. Solidarizou-se com as palavras do Compañeiro Haus,

Fonte: Rotary Club.

O Rotary Club contribuiu não somente para o desenvolvimento da educação, mas também do município como podemos observar na leitura das atas, onde eles registram os

assuntos que foram discutidos nas reuniões dos membros. Nestas atas eles anunciam o funcionamento do Curso Normal no próximo ano (1967); a doação do fogão a gás para o Grupo Escolar José Garcia Leal; a construção da Escola Rotary (local onde iria abrigar o

Curso Normal) com a ajuda da população; a realização da visita ao governador do estado para solicitar a instalação da água e dos móveis para a Escola Rotary e relatam ainda que este pedido foi aceito; em comemoração ao final do ano, os membros do Rotary comemoraram as conquistas que eles tiveram, dentre estas, comentaram sobre a instalação do Curso Normal que iria ocorrer em breve; a necessidade de providenciar junto ao Governo do Estado móveis e as carteiras para o Curso Normal; e também sobre os problemas da educação escolar do município.

Após a aprovação para o funcionamento do Curso Normal estadual de Paranaíba, foi enviada à escola pelo Conselho Estadual de Educação o regimento interno, que aponta alguns requisitos que deveriam ser seguidos para realizar a inscrição dos alunos. Nesse sentido, para ingressar no Curso Normal, os alunos tiveram que realizar um exame de admissão. De acordo com Garcia (2015)

No exame, os alunos eram avaliados nas disciplinas: Português, Geografia, Aritmética e História. Após matricular-se na Escola Normal, a frequência era obrigatória, o aluno deveria ter, no mínimo, 75% de frequência das aulas. O controle de frequência, nesse período, era indispensável. Quanto às atribuições de notas, o professor deveria avaliar o seu aluno por meio de trabalhos, arguições, provas e exames com valores graduados em números inteiros de zero a dez, com exceção das provas finais (GARCIA, 2015, p. 87).

Assim, os alunos matriculados na primeira turma do Curso Normal de Paranaíba foram: Adélia Ferreira Leal, Anelina Pereira de Lima, Cleuza Severino da Silva, Fausta Garcia Ferreira de Freitas, Genésio Antunes da Silva, Gertrudes Alves Moreira, Gilda Gouveia Carvalho, Hatue Kawakita, Jane Carmen Lacerda, Joanito Pinto de Souza, Lázara Urgêncio de Queiroz, Luzia Pires Ribeiro, Manoel Bertoldo Neto, Maria Luzia de Souza, Maria Rodrigues Tosta, Marly Correa da Costa, Marta Garcia de Moura, Matilde Faria de Souza, Norma Gonçalves de Oliveira, Regina Célia de Brito, Sandra Maria Agi, Vera Lucia Vaz da Silva e Zuneide Borges Freitas.

O Curso Normal de Paranaíba funcionou no período matutino até 1970, já em 1971 passou a funcionar no período noturno. As disciplinas eram organizadas da seguinte forma, conforme os livros de atas de exames finais do Curso Normal de Paranaíba (1967-1969). No primeiro ano, Português, Matemática, História, Geografia, Francês, Inglês, Desenho, Metodologia, Ciências, Educação Artística e Educação Física. No segundo ano, Português,

Matemática, História, Geografia, Biologia, Metodologia, Psicologia, Francês, Inglês, Desenho, Educação Artística e Educação Física. No terceiro ano, Português, Matemática,

Metodologia, Biologia, Psicologia, Sociologia, Filosofia, Desenho, Educação Artística, Educação Cívica e Educação Física.

O Curso Normal foi instalado no prédio cedido pelo Rotary Club e funcionou no período matutino até 1969, permanecendo neste local até este mesmo ano. Após esse período, “[...] o curso mudou de prédio passando a funcionar na Rua Maria Cândida de Freitas, nº 1.505. Neste local, atualmente, funciona a escola Professora Maria Luiza Correa Machado, lá o curso de formação de professores funcionou de 1970 a 1992, mudando-se depois para prédio próprio” (GARCIA, 2015, p. 84).

Após quatro anos de aprovação da Lei 5.692/71, mencionada no primeiro capítulo, que o Curso Normal de Paranaíba foi reestruturado tornando-se assim Curso de Habilitação Específica para o Magistério (HEM).

3 MEMÓRIAS DE NORMALISTAS SOBRE O COTIDIANO DO CURSO DE FORMAÇÃO

As entrevistas foram realizadas com as normalistas a partir de diálogo utilizando como apoio o roteiro com o objetivo de recuperar a história por meio da memória. O roteiro contempla as seguintes questões: a escolha pelo Curso Normal; os professores mais marcantes; recordações da escola e do curso; lembranças dos uniformes; apontamentos sobre os materiais utilizados pelos professores no Curso Normal; acontecimento marcante da época em que cursou o Normal; impressões sobre as disciplinas do curso; os estágios e medidas disciplinares e o ingresso na carreira profissional.

Foram entrevistadas cinco normalistas⁹ da primeira turma do Curso Normal, que são: Adélia Ferreira Leal, nasceu em Paranaíba/MT no ano de 1944, hoje sua principal ocupação é com a casa da amizade do Rotary Club e sua residência. Jane Carmen Lacerda, nasceu em 1949 na cidade de Pirajuba/MG, hoje sua principal ocupação é cuidar de casa, netos, filho. Sandra Maria Agi, professora aposentada, nasceu em 1950 em Paranaíba/MT. Fausta Garcia Ferreira de Freitas nasceu em 1944 no município de Paranaíba/MT, professora aposentada, mas ainda trabalha como presidente, diretora e coordenadora do Lar Escola Joana de Angeles. Gilda Carvalho Camargo, professora aposentada, nasceu em 1946 no município de Prata/MG.

Durante a entrevista, algumas das entrevistadas não se recordavam muito bem dos acontecidos, talvez por causa do uso do gravador tenha inibido a dar seu depoimento, apesar de termos comunicado que a gravação não seria para usar em público. Pinsky (2011,p.171) mostra que é natural isso acontecer: “[...] É claro que o entrevistado acostumado a falar em público e a conceder entrevistas para o rádio ou a televisão terá um desempenho diferente daquele que não tem essa experiência. Para alguns, o fato de estar concedendo uma entrevista pode ser motivo de orgulho, porque sua experiência foi considerada importante para ser registrada. Para outros, a situação pode ser inibidora [...]”. Algumas das entrevistadas manifestaram receio; outras demonstraram empolgação ao dar seu depoimento.

Nos próximos itens iremos apresentar os relatos das normalistas pautados nas questões do roteiro da entrevista.

⁹ Os nomes das normalistas estão escritos de acordo com o convite de formatura.

3.1 A escolha pelo Curso Normal

A partir dos relatos de vida das normalistas percebemos que a maioria das entrevistadas escolheram o Curso Normal por falta de opção, como podemos observar na fala da D. Adélia: “O Curso Normal era o que tinha aqui no momento, né. Ai eu fiz por isso”.

Também de acordo com Sandra, “[...] não tinha outra opção, na época pra gente sair não era fácil, pra morar fora, e naquela época era muito científico, era clássico ou científico, então não tinha outra opção. Tinha que escolher o Normal né, eu falava em ser professor”. Com D. Gilda não foi muito diferente, ela poderia estudar em outra cidade, mas como começou a namorar o seu atual marido e queria dar continuidade aos estudos:

Olha, não foi assim uma pretensão, foi uma coisa de ocasião, surgiu aqui em Paranaíba na ocasião, e antes eu tinha estudado em Minas, Três Lagoas e depois quando eu estava aqui em Paranaíba aí surgiu aquela primeira turma, sabe quando você entra na coisa assim e gosta, foi o que aconteceu eu entrei por um acaso assim. [...] depois eu vi que tinha feito a escolha certa (D. Gilda).

D. Fausta relatou que além da falta de opção, ela já havia lecionado e que o Normal seria uma oportunidade:

Olha a questão não era a escolha, na época não existiam outras opções de curso, nem o magistério não tinha. Então eu já trabalhava assim dando aula, mas era do município, eu tinha uma sala de aula multisseriada que o município me arrumou, então fui para onde o caminho estava mais aberto... e quando abriu a escola Normal eu entrei. Quando eu comecei o Normal eu já tinha parado naquela época, mas já havia lecionado antes. Aí abriu o Normal eu queria estudar, matriculei e fui estudar (D. Fausta).

Entre as entrevistadas apenas D. Jane escolheu o curso não por falta de opção, mas sim por gostar da profissão. Ela afirmou que começou a lecionar dois anos antes de ingressar no Curso Normal e relatou que gostava de dar aula e que estava cursando Técnico em Contabilidade, por falta de opção. Desse modo, quando soube que iria funcionar o Curso Normal em Paranaíba, decidiu desistir do curso que estava fazendo para ser normalista, isso demonstra o seu interesse pela profissão de ser professora, “[...] eu sempre gostei, gostei muito de ler, pesquisar, dar aula. Meu sonho sempre foi esse, ser professora, desde que comecei a estudar queria dar aula”.

3.2 Os professores mais marcantes

Diante dos relatos das normalistas é possível perceber que os professores¹⁰ de alguma forma se tornaram marcantes para elas. Este fato está relacionado com o: gostar do jeito de dar aula daquele determinado professor, por ser um professor rígido e por gostar da matéria. D. Adélia comenta o nome de alguns professores e disse que gostava de Português, de fazer redação e que o professor dessa disciplina era o Sr. Sebastião de Freitas Silveira. Após terminar o Curso Normal, ela trabalhou na secretaria de uma escola no município de Três Lagoas e quando voltou a morar em Paranaíba, ela queria trabalhar na secretaria, porém o Senhor Sebastião, que naquele momento era delegado de ensino, não permitiu, colocou-a para dar aula, e ela não gostava de lecionar.

Professora, todos eram bom. Tinha quem que era? Tinha a Silvia... Dorinha, Joana D'arc, não estou lembrada dos professores. [...] Português eu gostava, começava escrever redação, fazia redação, aí eu pensava o que vou escrever, aí começava e não parava [...] Acho que era o Bitião, Sebastião, que dava aula de português, foi delegado de ensino, foi ele mesmo, ele que não quis me colocar na secretaria, porque a política aqui é brava né (D. Adélia).

D. Fausta também gostava de Português, de fazer redação, nas falas dela percebe-se sua preferência pelo professor José Álvaro Agi:

Os professores eram assim... catava os que tinha ai. [...] tinha outros assim médico, farmacêutico... a Dra. Liggia era professora de Biologia, ela era médica, o Martinho da Palma e Mello era de Francês. [...]. José Álvaro Agi deu aulas de Português, que eu lembro muito bem de passar uma lista de título para gente fazer redação, e ele punha assim uns temas meio abstratos, "escrever", eu lembro ainda „folhas secas“, a gente fazia as redações, mas era bom fazer aquilo, eu adorava fazer redação. O Bitião é meu cunhado, ele era advogado, ele também deu aula de Português, deu aula na minha sala. Ele dava umas aulas assim mais teóricas, mas ele também dava redação (D. Fausta).

D. Gilda demonstra admiração pela forma como o professor Pastor Manuelino e a professora Dra. Liggia conduziam a aula. Ela nos explicou que a Geografia estava relacionada ao município, região e o estado e por isso considerava mais fácil, já História ela achava difícil, pois era sobre o país e o mundo.

¹⁰ Conforme nota de rodapé 7 e 8 da página 34.

Sebastião dava aula de Português, a Silvia Neves dava de Psicologia, a Dorinha dava Aritmética e Geografia, o professor Manuelino era professor de História, a Joana D'arc dava aula de didática, a Joana D'arc do José Garcia dava didática. [...] Valdirene que dava artística depois veio Joanita que dava artística, Joanita prima da Joana D'arc, veio a Ana Rita que deu aula de educação física. [...] a Dra. Liggia que deu aula de ciências, era excelente médica né, uma naturalidade que ela dava as aulas de ciências dela. [...] O professor Manuelino, ele era Pastor da Igreja Batista, ele dava um show na aula de história e o livro dele ajudava muito, ele estudava muito, era Pastor estudava teologia, ele gostava de dar aula de história, português, parte de ciências e história era mais puxado (D. Gilda).

O jeito de ser e de lecionar da professora Célia e Joana D'arc é relatado pela D. Jane. A professora Dorinha ela considerou que era severa e lembrou-se muito bem do dia em esta professora lhe deu zero de nota por não querer repetir o que foi solicitado. Relatou que o professor Sebastião foi marcante.

Lembro da Dona Célia de Matemática, que era muito boa assim, até pra ensinar eu achava assim, um jeito muito bom, simples e muito humilde. A Valdirene dava Educação Musical, Artes. [...] Severa, severa era a Dorinha, muito boa, dava aula de geografia e história. A Dra. Liggia era médica, ela dava ciências, biologia. Português era o Bitião. Bitião foi muito marcado, muito bom, em Português ele era muito bom. [...] O Martinho era médico, pra nós ele dava aula de Francês. [...] Era os profissionais que tinham aqui. Depois vieram Joana D'arc, Valdirene e a uma outra que era parente do Agi, acho que era de música, eu não lembro o nome dela. Elas se formaram e vieram né, porque eram todas novinhas também. Os alunos testavam a elas para saber se sabia mesmo, a Joana D'arc dava uma meio de brava, meio de querer saber as coisas [...] testava ela, mas estudante é assim (D. Jane).

Ao citar alguns professores, D. Sandra usou o termo “acho” como se não tivesse certeza e ao falar o nome da professora Célia Maria Gomes, ela usa o termo “essa eu lembro”, demonstrando a certeza em lembrar-se dessa professora.

Dorinha de geografia, Silvia acho que era psicologia. Eu não sei quem dava metodologia e sociologia, não lembro. Matemática eu sei era a Célia Maria Gomes era matemática essa eu lembro. História se eu não me engano foi o Pastor Manuelino. Agora Sociologia, Português eu não lembro quem deu aula de Português pra mim, eu não lembro. [...] a Joana D'arc dava aula de metodologia, isso mesmo [...] (D. Sandra).

De um modo geral, os professores mais comentados pelas normalistas foram: Joana D'arc dos Santos, Dorinha, Silvia Geralde Neves, Dr. Sebastião de Freitas Silveira e Dra. Ana Liggia Mancini Coelho.

3.3 Recordações da escola e do curso

Poucas foram lembranças que as entrevistadas tiveram sobre o prédio onde estudaram. Elas relataram que o Curso Normal foi instalado em um prédio cedido pelo Rotary Club, que estudavam no período matutino e que o Curso funcionava na parte de baixo do prédio, com três salas de aulas e a secretaria. Como podemos observar na fala de D. Fausta: “Olha ele funcionava aqui no prédio do Rotary. Na parte de baixo era a escola, era que funcionava o Magistério, era as três classes do Magistério e a Secretaria”.

Quanto à parte superior do prédio, não é possível afirmar como era, pois de acordo com D. Adélia: “[...] era aquele prédio ali, mas funcionava em baixo. Tinha a secretaria, as salas de baixo tudo era sala de aula e lá em cima, não lembro se foi bem nessa época, era o Rotary, funcionou lá uns tempos. Era uma turminha boa, a sala mais o menos”. Para D. Jane: “Tinha duas salas lá embaixo e duas lá em cima. No começo era o primeiro aí foi aumentado, e ficou lá em cima. [...] Era de manhã, só de manhã”. Já para D. Sandra: “[...] eu estudei durante o dia, mas não lembro se durante a noite lá funcionava. Porque em cima é o salão, aí em baixo são três salas de aula e a parte da secretaria, não era prédio próprio era cedido, o Rotary quem cedeu”. D. Gilda nos informou que:

D. Gilda: Na ocasião era só o magistério [...] olha que eu me lembro, acho que a gente usava a primeira sala que dava pra rua, da parte de baixo, com vidro pra rua. [...] Olha eu acho que fazia rodízio, eu não lembro eu formei em 69, com certeza não era determinada, sempre a mesma, eu me lembro de duas salas embaixo, eu não tenho certeza se eram três embaixo, eu me lembro de está usando essa.

Sobre as características físicas do prédio, perguntamos para as entrevistadas se houve mudança e elas relataram que não, que era do mesmo jeito que é hoje.

FIGURA 4: Prédio que funcionou o Curso Normal no período de 1967 a 1970.



Fonte: Maia (2015)

3.4 Lembranças dos uniformes

Ao perguntarmos para as normalistas sobre os uniformes, elas relataram, que a blusa era branca e de manga curta e a saia era azul marinho. D. Gilda no dia da entrevista não se lembrou do uniforme, na segunda visita, quando fomos levar a ela o Termo de Cessão¹¹ e uma cópia da transcrição da entrevista, durante a leitura deste segundo documento ela recordou a cor dos uniformes.

Conforme D. Jane, “[...] a saia era azul marinho, blusinha branca com Curso Normal bordado. [...] meia e sapato. [...] A saia era abaixo do joelho, curta não, mas tinha gente mais ousada, sempre tinha. Era blusinha esporte, camisa com bolso bordado”.

D. Sandra explica como era o uniforme conforme Figura 5, “[...] tinha. Olha o uniforme aqui. A saia era azul marinho, a blusa era branca, só que de manga curta, aqui está manga longa, pois era cerimônia. Eu tenho impressão, eu acho, que a saia era duas prega macho, duas na frente e duas atrás.” D. Jane e D. Sandra acrescentam alguns detalhes, como o bordado no bolso da blusa e as pregas que havia na saia.

¹¹ Termo de cessão gratuita de direito sobre depoimento oral e imagem.

FIGURA 5: A entrega do diploma realizada no dia 20/12/1969.



Fonte: Acervo pessoal da D. Sandra Maria Agi.

Ainda sobre os uniformes, D. Gilda relatou que no dia da missa e colação de grau, não usou o uniforme como as colegas, pois estava grávida.

FIGURA 6: Missa na Igreja Nossa Senhora do Rosário realizada no dia 20/12/1969.



Fonte: Acervo pessoal de D. Gilda Carvalho Camargo.

3.5 Apontamentos sobre os materiais utilizados pelos professores no Curso Normal

As normalistas relataram que durante as aulas, alguns professores utilizavam como recuso: livros, mapas, passavam na lousa o conteúdo da aula ou ditavam. De acordo com D. Adélia, “[...] não tinha coisa diferente não, era lousa, giz, o mais antigo mesmo. [...] Tinha livro sim, mas não me lembro muito bem não. Eu gostava de desenhar, gostava desenhar, trabalho manual...”

Segundo D. Gilda, os professores realizavam muitos ditados, principalmente nas aulas de Filosofia. Os professores eram rígidos e os conhecimentos adquiridos no Curso Normal foram importantes para sua carreira profissional.

D. Gilda: Não tinha como tem hoje esses audiovisuais, essa parte assim da computação. [...] Olha naquela época existia muito ditado né, algumas matérias, disciplinas ali tinha livro, eu me lembro de livro de ciências. [...] Era ciências físicas e biológicas, eu me lembro do livro de ciências. Mas usava mais o ditado, e o desenho e copiava, mas o desenho pedagógico, copiava o alfabeto, os numerais. [...] Olha, se eu não me engano, geografia nós tínhamos um livro também que ajudava um pouco. [...] mas assim a parte de geografia era leve, pesado era parte de história, história era bem... [...] era todo mundo muito rígido, foi muito bom, deu muita base para quem fez.

D. Gilda também relatou que no Curso Normal, os alunos confeccionaram um livro de história e que depois ela utilizou com seus filhos.

D. Gilda: No Curso Normal, no magistério é, eu me lembro desse livro, de história que nós fizemos. [...] Eu tinha usado ali com os filhos, eles usaram tanto que eu nem sei mais pra onde foi. Mas ele era ilustrado. Ai contava as historinhas, me lembro também de cartazes para trabalhar com as crianças [...]. eu não me lembro deles estarem usando mimeógrafo, a gente que tinha que usar na escola.

D. Jane e D. Fausta confirmam que durante as aulas eram utilizados livros, mas que eram poucos, eles utilizavam mais o caderno. Para D. Jane: “Era caderno, e os livros que a gente comprava. cartilha era mais utilizada pra quem ia alfabetizar, era pra dar aula. Não tinha muito livro era mais escrito no caderno. O livro de didática era o que mais gostava, ele é completo”.

D. Fausta: Na época a gente não tinha retroprojetor, as professoras não utilizavam desse recurso não, mas sempre tinha um livro que elas seguiam, às vezes a gente tinha o livro, não me lembro muito bem, mas às vezes a gente tinha o livro para acompanhar a explicação ou elas davam a explicação e acho que passava alguma

teoria no quadro para a gente copiar. Eu lembro que Filosofia a gente copiava da lousa e Francês a gente tinha o livro de texto. Metodologia [...] a gente montava plano de aula, ela corrigia os planos de aulas.

Conforme D. Sandra, a professora de Geografia utilizava mapas para mostrar aos alunos as localizações dos rios:

D. Sandra: Levava mapa pra mostrar a localização dos rios... "aqui que é o Rio Amazonas, aqui é o Rio São Francisco". Hoje em dia tudo tem apostila como o Objetivo e a Caminho, naquela época não tinha nada disso. [...] tinha livro, mapas para localização dos rios, mas os professores deveriam ter livros, mas eu não tinha, devo ter jogado fora.

Elas relataram que o mimeógrafo utilizaram anos depois, nas escolas quando foram lecionar, mas que no Curso Normal não tinha desse recurso e fizeram uma comparação com os recursos utilizados nos dias atuais, afirmando que naquele período tudo era mais difícil.

3.6 Acontecimento marcante da época em que cursou o Normal

O período em que as entrevistadas fizeram o Curso Normal era de Ditadura Militar imposta a partir de 1964. Elas se lembram de que no país estavam ocorrendo movimentos, mas que no município de Paranaíba, por ser uma cidade pequena, as pessoas não comentavam sobre o assunto, como podemos observar na fala de D. Fausta: “Um fato histórico assim de destaque eu não me lembro não. Teve os problemas da Ditadura, Revolução de 31 de março, mas eu não me lembro de muita coisa não... era um paradeiro né”.

D. Gilda se recordou desse período com exemplos locais:

D. Gilda: [...] alguns movimentos a gente sabia, mas não chegou a acontecer nada em aula. Essas prisões acontecia aqui, ninguém podia ser comunista ou socialista. Aconteceu algumas coisas sim, mas isso era assim, refletido algumas pessoas da região cada um não levava aqui lá para escola. [...] já bastava que a cidade era pequena, todo mundo sabia, já bastava que não era legal alguém ser preso porque era comunista.

Durante as leituras das atas do Rotary Club, observei na ata do dia 22 de novembro de 1967 que no ano de 1968 iria iniciar uma construção da alta tensão. Ao perguntarmos sobre a luz, as entrevistas relataram que energia elétrica foi inaugurada várias vezes. D. Jane nos

informou que: “[...] não tinha luz nas ruas, nas casas tinha, mais bem fraca. [...] Tinha, não sei se era motor, mas tinha. Era só também o moinho da cidade, pra cá não tinha nada, só mato”.

D. Gilda lembrou-se de que a população apelidou a luz da cidade de “tomate”: “[...] várias vezes foi inaugurada e várias vezes ela não permanecia, então, agora que tinha luz mesmo não tinha. Eu me lembro que a gente tinha lampião, o povo falava que a luz era um tomate, de tão fraca que era a luz, era muito fraca, não sei onde está mas tem um lampião por aí, minha mãe usava lampião”.

D. Sandra informa que já havia inaugurado a luz elétrica no período que estudou no Curso Normal, pois quando estava estudando em Araçatuba, disse que sua mãe comentava sobre a luz da cidade: “[...] acho que foi antes, sabe por que, meu tio, o prefeito, ele... quando dava chuva, aquela chuva brava mesmo, ela levava a usininha daqui, aí lembro da minha mãe contar lá em Araçatuba mesmo que a enchente levou a usina, por isso eu acho que foi antes, não foi essa época, eu acho”.

D. Sandra relatou um acontecimento que as outras entrevistadas não se lembraram: quando a Curso Normal participou de um desfile cívico em comemoração ao aniversário da cidade: “Teve um ano que eu não lembro se foi o primeiro, o segundo ou o terceiro, eu não lembro, mas era aniversário da cidade, desfile, até a escola fez um carro e eu fui no carro, vestida de índia. Diziam que eu era impossível, mas não era, eu era quieta, toda vida eu era quieta”. Ela nos comunicou ainda que no dia da colação de grau:

D. Sandra: [...] o patrono na época era o secretário de educação Dr. Gabriel Novis Neves, ele era nosso patrono, chegou o dia da colação de grau, Dr. Gabriel não chegou, teve que fazer sem ele, no dia seguinte nós estávamos lá no clube que hoje é o shopping, aquele restaurante, nós estamos lá na parte da tarde arrumando tudo, nós vimos que chegou um avião, nem sei quem ficou de esperar só sei que era da escola ele mandou um comunicado aí ele veio pro baile. Eu não sei se ele teve outro compromisso, que era secretário de educação, ele tinha um convite nosso, no dia seguinte, que era o baile ele veio.

Conforme está escrito no convite de formatura, o Dr. Gabriel Novis Neves era paraninfo e o Sr. Lúdio Martins Coelho era o patrono. Consta também no convite a programação da formatura, que teve inclusive um baile, já mencionado por D. Sandra.

FIGURA 7: Baile realizado no Club de Atlético Paranaibense no dia 21/12/1969.



Fonte: acervo pessoal de D. Sandra Maria Agi.

3.7 Impressões sobre os estágios e medidas disciplinares

Conforme relatos das entrevistadas sobre os estágios, no primeiro momento elas observavam o “professor da cadeira”¹² de uma determinada turma e com a turma do Curso Normal realizavam comentários sobre a observação. A escolha da turma em que elas iriam realizar os estágios era por meio de sorteio; realizavam o plano de aula para a professora de didática corrigir; as aulas delas estagiando era assistida pela professora e por algumas colegas; depois da aula, elas recebiam um retorno da professora sobre como foi a aula do estágio:

D. Fausta: A observação no estágio a gente ia e assistia do professor da cadeira, da sala né... a gente ia assistia aula e depois a gente voltava para a sala do Normal, a gente ia comentar aquela aula assistida, além de relatar tudo... muitas vezes a gente

comentava o que a gente achou certo, alguma falha que a gente notificou, aí a professora explicava porque daquilo... eu me lembro que era mais ou menos assim

¹² O termo Professor de cadeira utilizado pela entrevistada refere-se ao que hoje dizemos, professor regente.

de estágio. E quando era a gente que ia lá para a prática, a gente elaborava o plano de aula e entregava para a professora e aí ela ficava sentada lá e mais algumas colegas assistindo. A gente dava a aula e depois a gente ia embora e ela dava a nota, fazia crítica da aula, pontos positivos e negativos, era assim. O professor da sala só assistia a aula se ele quisesse, mas a nossa professora assistia e mais algumas alunas, colegas. Não era toda a classe, mas era dividido, tantos vai para essa sala, outros vão para a outra e assim por diante.

D. Sandra: Dava aula orientada pela professora de Didática. Ela orientava, a gente preparava todo roteiro e mostrava pra ela e tudo, ia dar aula disso, daquilo. [...] quando era o estágio sorteava qual e qual série ia trabalhar, eu nem olhava de tanto nervoso de lecionar. Chegava lá a gente dava tudo a gente preparava, mas nossa senhora depois era horrível.

Os estágios foram realizados na escola José Garcia Leal e também em alguma escola rural, conforme podemos observar na fala da D. Gilda e D. Adélia:

D. Gilda: tinha estágio, nós fizemos no José Garcia. Dávamos aula historia de educação física, e na sala de aula mesmo. [...] acontecia o seguinte, a professora também tinha sala no José Garcia, a gente deu naquele momento um estágio na sala dela, didática e depois na segunda série, no José Garcia. Joana D'arc, eu me lembro só desse último estágio. [...] eu me lembro desse estágio e aula historiada que a gente dava, aula de educação física, preparava direitinho.

D. Adélia: Eu lembro que tinha as aulas práticas, uma vez me mandaram da uma aula, fomos dá umas aulas práticas fora, nas escolas... uma galinha com pintinho, eu não gostava daquilo de jeito nenhum. Meu jeito não era para dá aula não.

Em relação ao controle da disciplina, todas relataram que era tranquilo, pois todos eram adultos e algumas eram casadas; não havia castigo ou privilégios. D. Sandra relatou que apenas uma vez eles foram castigados: “Eu lembro que uma vez faltou professor e nós combinamos tudo de ir embora, e quando foi no outro dia. Fica duas aulas parada, não sei se o professor não podia antecipar. Eu acho que no outro dia nós ganhamos, eu não sei se foi advertência ou suspensão”. Ela disse que foi só esse dia.

3.8 O ingresso na carreira profissional

Após concluir o Curso Normal, as normalistas entrevistadas seguiram trajetórias diferentes: D. Adélia e seu esposo trabalhavam em banco em Paranaíba, ao transferirem o seu marido para Três Lagoas e ela não; ela pediu demissão. Morando com seu esposo em Três

Lagoas ela conseguiu um emprego na secretaria de uma escola estadual. Quando voltou para Paranaíba lecionou apenas alguns meses.

D. Adélia: [...] trabalhei na secretaria, um ano [...] numa escola do estado. Trabalhei na escola, fiquei lá vim embora. Aí cheguei aqui e eu fui dar aula, não quiseram me deixa na secretaria. Não sei, acostumei trabalhar no banco gostava daquele tipo de serviço, aí dei aula dois ou três meses só aqui, mas não gostei, larguei. [...] Aqui no José Garcia [...] acho que foi terceiro ano, foi primário, acho que foi o terceiro ano, nem me lembro direito, foi três meses só, aí não aguentei a meninada e saí. Se for pra cuida de menino, vou cuida dos meninos. Tinha um filho, e minha mãe e marido implicando também, aí falei: Ah! Deixa quieto então. Nunca mais quis dar aula.

D. Adélia exerceu sua profissão na área da educação durante pouco tempo, porém ela não gostou de dar aula e também não tinha incentivo de sua família.

No ano seguinte, 1970, após concluir o Curso Normal, D. Gilda começou a lecionar com uma turma de primeira série. Ela disse que não foi fácil conseguir ser contratada, pois eram contratados aqueles que conhecessem algum político e também havia algumas pessoas que se formaram em outras cidades e ganharam uma estabilidade, mesmo não fazendo o concurso.

D. Gilda: Eu não me lembro direito como era, são duas lembranças eu me lembro de quando entrei e depois em 69 quando sai e já peguei aula. Então algumas não era professora então já cedia aquela sala. Faz muito tempo, mas eu lembro de alguma que deixava aquela sala e ia para secretaria porque já tinha um tempo de serviço ali e precisava aposentar, outras se tornavam inspetor de alunos. [...] Olha, não foi tão fácil não. Antes da gente formar, tinha aquelas que formavam e já tinha estabilizado. [...] Em 70, mas não foi tão fácil, eu peguei aula no José Garcia, depois fui pro Gustavo e logo depois pro Manoel Garcia. Ai em 81 eu voltei para o José Garcia através do concurso, eu falei, vou voltar para o centro, aí eu voltei para o José Garcia, mas aí não era tão fácil não. Começou a vir gente de fora. Nossa cidade tem muita política, é difícil, mas depois através de concurso eu voltei para o José Garcia.

Sobre as aulas com a turma do primário, D. Gilda relatou que utilizava muito o mimeógrafo para fazer as atividades:

D. Gilda: As próprias escolas forneciam os materiais pra trabalhar com as crianças, pegava aqueles estêncil que fazia força e depois rodava no mimeógrafo, era álcool. As provas que a gente fazia para alunos, para trabalhar as primeiras séries assim, aula de ciências, estudos sociais, toda ela era rodada no mimeógrafo, eles não tinham condição de copiar uma matéria, eles eram muito visual né, pelo menos no início do ano a criança é mais visual. [...], o professor aprende todo dia, era primeira série e era uma sala numerosa, não era fácil. Com o tempo, a gente, os professores discutiam trocavam figurinha, isso ajudava muito. Mas era uma sala muito numerosa, era uma primeira série, eu me lembro, e a gente não tinha o pré. [...] Nessa época eu me lembro, de criança aqui da cidade, criança que vinha da fazenda também, era uma sala bem heterogênea.

Perguntamos para D. Gilda, se tinha apoio do marido, ela relatou que sim, porém tinha que ser apenas um período: “[...] mas era 20 horas só. É desde que fosse assim, meio período. [...] eu parei um período, mas foi por causa das crianças, eu tinha três filhos, aí falei vou

esperar um pouco, depois trouxe todos pra escola comigo, a menorzinha tinha 6, 8 a segunda e 9 o terceiro”. Depois de alguns anos começou a dar aula para a terceira turma do Magistério.

Acompanhada de seu marido, D. Gilda foi para Pereira Barreto/SP dar continuidade aos estudos: “Cursei, cursei, mas aí já foi vago que eu fiz, não foi com frequência não, eu fiz em Pereira Barreto, Letras, depois de um certo tempo eu fiz Pedagogia, mas primeiro eu fiz Letras”. D. Gilda se aposentou dando aula de Português para uma turma do supletivo.

Antes de ingressar no Curso Normal, D. Jane lecionou no internato:

D. Jane: Trabalhei com a primeira série, fui alfabetizar. Mas da primeira série não gostei muito não, era difícil. Mas as irmãs eram muito boas então tinha uma que me orientava. [...] Irmã Margarida, era uma Irmã muito brava mais me ensinou e me apoiou”. No segundo ano do Curso Normal ela realizou algumas substituições: [...] no outro ano já peguei substituição no José Garcia, substituição da Dorinha Malheiros.

Depois que terminou o Curso Normal, em 1970, D. Jane começou a dar aula para turma de terceira e quarta série, em outubro deste mesmo ano ela mudou-se para Minas Gerais lá ela lecionou em uma turma de terceira série em uma escola municipal durante um ano:

D. Jane: Aí depois eu casei e voltei pra cá, quando eu voltei já tinha a minha sala, em 72, aí comecei dar aula no José Garcia. Aí depois fui acompanhar meu marido, graças Deus eu fui feliz, não me arrependo de ter largado, foi muito bom, e está sendo bom até hoje, tenho experiência. [...] veio os filhos, aí eu tive esse aqui depois que é deficiente auditivo, foi bom demais eu ter feito o curso inclusive pra ele.

Perguntamos a ela se cursou algum curso de nível superior, ela nos respondeu que apenas começou a fazer Faculdade de Férias que era oferecido pelo estado de Mato Grosso, mas que não concluiu: De acordo com relatos de D. Jane: “[...] era só nas férias, era oito horas de aula seguida. Era no colégio das irmãs. Em 73 que eu comecei, aí teve vestibular e tudo, eu passei, o colégio emprestava o espaço, mas era do governo. Faculdade de férias, durante as férias de julho e dezembro, são cinco anos”.

No ano seguinte, após concluir o Curso Normal, D. Sandra começou a trabalhar com turmas do primário durante quatro anos, depois ela conseguiu cargo de diretora:

D. Sandra: [...] antigamente era cargo político, aí fui diretora da escola Maria Salomé, dois ou três anos, aí quando surgiu o comentário que o estado ia ser dividido, aí eu cheguei no delegado de ensino e disse assim "olha vou deixar a

escola", uma escola pequenininha com três salas de aulas. Ele falou "não Sandra", mas eu falei "vou deixar". Porque o comentário durante a divisão era que professor ia ser efetivado, aí já peguei aula no Wladislau, José Garcia e fui.

D. Sandra realizou curso de graduação em Educação Artística, fez complementação em Artes Cênicas e Pós-Graduação em Didática. Ela lecionou com turmas do ginásio a disciplina de Educação Artística, mas preferiu continuar trabalhando com turmas de primário, especificamente com turmas da terceira série:

D. Sandra: [...] Eu dei aula de Educação Artística dois anos, naquela época tinha horticultura, mexer com horta. Aí depois eu fui deixando, foi surgindo aula do primário eu fui deixando Educação Artística, eu gostava de dar aula na terceira série e quando aposentei, foi no primário. [...] Quando eu dava aula passava tudo em mimeógrafo, época de páscoa, dia das mães, dia das crianças, os desenhos passava no mimeógrafo para eles colorir, as vezes alguma avaliação.

D. Fausta se dedicou a fazer vários cursos de nível superior e complementação:

D. Fausta: Fiz um curso a nível de Pós de Didática em Jales, mas eu fiz depois desse Magistério, a Licenciatura Curta¹³ em Estudos Sociais que era uma extensão de Três Lagoas, da Universidade de Três Lagoas, aí eles sediaram aqui a extensão, então a gente cursava o dia todo nas férias, todas as férias a gente tinha que estudar até completar a carga horária do curso. Não era fácil não. Aí depois desse curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais eu fui fazer Pedagogia lá em Pereira Barretos. [...]. O curso saía com o Magistério e com a Administração, depois eu fiz mais seis meses de Inspeção, depois seis meses de Orientação Educacional, mais seis meses de Coordenação e o meu Diploma já era Magistério e Administração, por que eu queria os cinco né. [...] Aí nesse tempo que eu estava fazendo esses cursos de Especialização que a gente ia menos vezes, eu fui para Andradina fazer Complementação em História, por que eu tinha a cultura aqui que se eu fizesse Complementação aí a gente averbava aí eu ficava com a Plena, aí eu fiz isso de História, era um ano e meio e depois fiz as mesma coisa em Jales, a Complementação para juntar com a Curta para ficar outro curso superior, entendeu. Na verdade, eu fiquei com três: Plena, Pedagogia, História e Geografia. Só que eu não peguei o certificado de História e Geografia, por que eu não precisei deles mais, por que nesse meio aí a gente teve aquele Enquadramento, então eu enquadrei como especialista e aí não precisava mais daquele diploma que pagava caro [...].

Ela gostou de lecionou no primário, mas foi durante pouco tem:

D. Fausta: Eu trabalhei com alfabetização muito pouco tempo, deve ter sido dois ou três anos, só que eu achei um trabalho valioso. Eu gostei de alfabetizar, mas depois eu preferi pegar outra série, acho que fui dar aula no Ginásio, por que aí eu já tinha feito o curso de História, mas eu gostei, na época eu trabalhava com a cartilha Caminho Suave, ô cartilha boa! Aquela cartilha é que fazia as crianças aprender ler, escrever e interpretar, ela era completa, tinha a letra de forma, mas tinha também a cursiva, era o método da silabação, as famílias.

¹³ “A licenciatura curta surgiu, neste momento, em “caráter experimental” e emergencial. A prioridade deveria ser a política de valorização e reformulação das Faculdades de Filosofia e suas licenciaturas e a “aplicação sistemática do exame de suficiência tendo em vista o maior número de professores a curto prazo”. A perspectiva era a do mínimo por menos, isto é, o mínimo de qualificação necessária ao exercício da atividade docente pelo menor custo e tempo possíveis” (Nascimento, 2012, p. 341).

O que se percebe em comum na trajetória das normalistas é que todas lecionaram durante algum tempo no primário. D. Adélia e D. Jane por motivos pessoais desistiram da profissão, D. Fausta lecionou durante a maior parte de sua carreira profissional com turmas do ginásio, D. Sandra trabalhou algum tempo com turmas do ginásio, na direção de escola, porém permaneceu mais tempo com turmas do primário e D. Gilda trabalhou mais com turmas do magistério e supletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa, cujo objetivo geral foi contribuir para a historiografia da escolarização da infância no Sul do estado Mato Grosso, no período compreendido entre 1967 a 1971, por meio da recuperação e preservação das memórias da formação das normalistas do Curso Normal de Paranaíba. Isso foi possível ser feito, pois com a ajuda da D. Irany Nunes de Queiroz, conseguimos localizar as normalistas, entrevistá-las com apoio de um roteiro e transcrever os relatos das entrevistadas.

A data inicial escolhida 1967, refere a lei nº 2.635 de 06 de agosto de 1966 que permitiu a criação do Curso Normal em Paranaíba e a data final, 1971, foi escolhida pelo fato de que neste ano surgiu a Lei de Diretrizes e Bases Nº 5692/71, que altera o antigo Curso Normal para o curso Magistério.

Considerando os depoimentos das normalistas, no município de Paranaíba não havia curso de profissionalização, a criação do Curso Normal, se tornou a única opção e assim foi por esse motivo que as entrevistadas escolheram o Curso Normal. Após iniciar o curso a maioria delas gostou da profissão e consideram o curso importante para sua formação.

Os professores que lecionaram no Curso Normal, em sua maioria, não tinham formação específica para lecionar e alguns deles, com o seu jeito de ser ou agir enquanto professor se tornou marcante para as entrevistadas.

Poucas lembranças as normalistas tiveram sobre: os materiais utilizados por elas e pelos professores, os acontecimentos do período em que estudaram no Curso Normal, das relações com os colegas e do espaço físico do prédio. Elas disseram que os materiais utilizados era lousa, giz, caderno e alguns livros, a turma era boa, todos adultos e todos deveriam usar uniformes. As entrevistadas disseram também que o Curso Normal funcionou no período matutino, em um prédio cedido pelo Rotary Club, havia na parte de baixo do prédio três salas de aula e uma secretaria.

Nos estágios os alunos eram orientados pela professora de metodologia, primeiro realizavam a observação da prática da professora regente, faziam comentários sobre a observação na aula de metodologia e depois davam aula que era assistida pelos professores e alguns colegas.

Das entrevistadas, todas lecionaram por algum tempo no primário. Porém duas destas normalistas, por motivos pessoais desistiram da profissão, as outras continuaram até se aposentar, mas apenas uma lecionou com turmas do primário durante a maior parte do período

em que atuou. Todas que optaram por seguir a profissão docente deram continuidade aos seus estudos.

Foram encontrados documentos de matrícula na Escola Estadual Aracilda Cícero Correa da Costa, e neles os nomes de alguns alunos e professores está diferente do convite de formatura e dos relatos das entrevistadas, sendo assim, apesar do documento de matrícula ser um documento em que normalmente se exige algum documento pessoal, porém optamos por escrever conforme relatos das entrevistadas e o convite de formatura.

Entretanto com esta pesquisa surgiram novos questionamentos que poderão ser respondidos em uma pesquisa futura: qual a relação dos professores que adquiriam estabilidade, conforme relatado de D. Gilda, com os professores que se formavam no Curso Normal de Campo Grande?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p.58-107.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. **Cidadania da mulher professora**. Coordenação Diamantino Fernandes Trindade. São Paulo: Ícone, 2005.

BRAGA, Elizabeth dos Santos. Esquecer para lembrar e ser. MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, memória, história: possibilidades, leituras**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

CASTILHO, Mileidi Ferreira de. **História da Alfabetização em Paranaíba-MS na memória de professores**. 2013. 108f. Monografia (Especialização em Educação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Paranaíba, 2013.

FONSECA. Thais Nívia Lima e; VEIGA. Cynthia Greive. **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte. Autêntica, 2003. p. 161-186.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **“Vestidas de azul e branco”**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no magistério (1920-1950). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: procedimentos e possibilidades**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GARCIA, Noely Costa Dias. **Do Curso Normal ao Magistério: o Curso Normal Estadual em Paranaíba/MT (1967-1975)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Paranaíba, 2015.

GARCIA, Noely Costa Dias. **O ensino da disciplina Didática no Curso Normal em Paranaíba (1967-1971)**. 2013. Monografia (Especialização em Educação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Paranaíba, 2013.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Trad. Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 9-44, jan/jul 2001.

LOMBARDI. José Claudinei; NASCIMENTO. Maria Isabel Moura. **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP. Autores Associados. 2004. (p.111-118).

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. PINSKY, Carla Bassanezi (Coord. de textos). 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

Thiago Rodrigues Nascimento. A criação das Licenciaturas Curtas no Brasil.
Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n.45. p. 340 -346. mar/2012.

OLIVEIRA, Regina Helena Silva Simões; CORREA, Rosa Lydia Teixeira. História da profissão docente no Brasil. In: MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (Org.).
Política

de profissionalização docente no Estado de Mato Grosso: a trajetória de formação do professor primário no sul do estado (1910-1950). Vitória: EDUFES, 2011.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; RODRIGUES, Margarita Victoria. Escola Normal no Sul do Estado de Mato Grosso (1930-1950). In: FERRO, Olga Maria dos Reis (Org.). **Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1769-2006):** História, historiografia, Instituições Escolares e Fontes. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. p.1-19.

OLIVEIRA, Sirlene de Castro; ARAÚJO, José Carlos Souza. **O laicismo e o protestantismo e suas implicações no campo educacional em Uberaba (1924-1934).** Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind-nome/eixo5/completos/laicismo.pdf>>. Acesso em 14 out. 2015.

PERES. Eliane Teresinha. Histórias de professoras: memórias sobre formação, trajetória profissional e prática pedagógica (RS, 1930-1970). In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI. Denice Barbara (org.) **Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente.** São Paulo: USP/Faculdade de Educação, 1998.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 155-202.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação:** v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação:** n.14 mai./jun./jul./ago. 2000.

VICENTINI, Paula Perin; ROSARIO, Genta Lugli. **História da profissão docente no Brasil:** representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

FONTES ORAIS

Adélia Ferreira Leal. Ex-aluna do **Curso Normal Estadual**. Micheli Karla Caires Maia. (realizou a entrevista). s/d.

Fausta Garcia Ferreira de Freitas. Ex-aluna do **Curso Normal Estadual**. Noely Costa Dias Garcia. (realizou a entrevista). s/d.

Gilda Carvalho Camargo. Ex-aluna do **Curso Normal Estadual**. Micheli Karla Caires Maia. (realizou a entrevista). s/d.

Jane Carmen Lacerda. Ex-aluna do **Curso Normal Estadual**. Micheli Karla Caires Maia. (realizou a entrevista). s/d.

Sandra Maria Agi. Ex-aluna do **Curso Normal Estadual**. Micheli Karla Caires Maia. (realizou a entrevista). s/d.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Introdução

1. Qual é o seu nome completo?
2. Em que ano e em que cidade você nasceu?
3. Hoje qual é sua principal ocupação?

Desenvolvimento

4. O que a levou a escolher o Curso Normal? Quando você cursou? Cursou até o ensino superior?
5. Quais foram as professoras mais marcantes?
6. Como era a escola onde funcionava o Curso Normal? Como o curso era organizado?
7. Como eram os uniformes?
8. Como eram os materiais utilizados pelos professores e pelos alunos em sala de aula (caderno, apostilas, lápis, canetas, mapas, retroprojetores, carimbo, etc.)? Você ainda mantém algum exemplar ou caderno guardado? E fotografias?
10. Lembra-se de algum acontecimento marcante na escola relacionado com fatos históricos, políticos e econômicos da cidade, do estado ou do país?
11. Como era o controle da disciplina do curso? Lembra-se de algum prêmio ou privilégio concedido aos alunos mais comportados? E quais eram os castigos para os indisciplinados?
12. Quais eram as disciplinas ensinadas no Curso Normal?
13. Como eram os estágios?
14. Você lecionou após terminar o Curso Normal?

ANEXO A
TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITO SOBRE
DEPOIMENTO ORAL E IMAGEM

Cedente: _____
nacionalidade: _____, estado civil: _____
profissão: _____, portador da cédula de identidade (RG)
nº: _____ emitida pelo: _____, e do CPF nº: _____.
Outros documentos: _____.

A entrevista será gravada exclusivamente para pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, com licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba.

Declaro ceder sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento e de imagem de caráter histórico e documental que prestei a pesquisadora Micheli Karla Caires Maia graduanda pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

A pesquisadora fica autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, os meus depoimentos, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, em consonância com as normas da academia, com a única ressalva de integridade ética, de acordo com as normas da academia, de indicação de fonte e autor.

Paranaíba/MS, ___ de _____ de _____.

Assinatura do Depoente/Cedente

ANEXO B**DECLARAÇÃO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITO SOBRE
DEPOIMENTO ORAL E IMAGEM**

Ferreira Brasil
Silveira, estado civil: casado
_____, portador da cédula de identidade (RG)
_____ emitida pelo: SSP/M.S., e do CPF n°:
 Outros documentos: _____.

será gravada exclusivamente para pesquisa de Trabalho de
 _____, com licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de
 _____ (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba.

sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e
 propriedade e os direitos autorais do depoimento e de imagem de
 documental que prestei a pesquisadora Micheli Karla Caires Maia
 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

fica autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins
 is, os meus depoimentos, no todo ou em parte, editado ou não, bem
 eiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, em consonância com
 mia, com a única ressalva de integridade ética, de acordo com as
 _____, de indicação de fonte e autor.

de Novembro de 2015.



Assinatura do Depoente/Cedente

ANEXO C

**DECLARAÇÃO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITO SOBRE
DEPOIMENTO ORAL E IMAGEM**

Carvalho de Camargo
Maia, estado civil: casada
Maia, portador da cédula de identidade (RG)
emitida pelo: SSP.M.S., e do CPF nº:

Outros documentos: _____.

será gravada exclusivamente para pesquisa de Trabalho de
Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de
Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba.

sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e
propriedade e os direitos autorais do depoimento e de imagem de
documental que prestei a pesquisadora Micheli Karla Caires Maia
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Esta fica autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins
científicos, os meus depoimentos, no todo ou em parte, editado ou não, bem
como permitir o acesso ao mesmo para fins idênticos, em consonância com
a legislação vigente, com a única ressalva de integridade ética, de acordo com as
normas de indicação de fonte e autor.

de novembro de 2015.


Assinatura do Depoente/Cedente

ANEXO D

DECLARAÇÃO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITO SOBRE
DEPOIMENTO ORAL E IMAGEM

Parneu Bacurda Bejas
Parneu Bacurda Bejas, estado civil: Casada
Parneu Bacurda Bejas, portador da cédula de identidade (RG)
MS emitida pelo: SSP-MS, e do CPF n.º:
 Outros documentos: _____.

Este depoimento será gravado exclusivamente para pesquisa de Trabalho de
 Graduação em Pedagogia, com licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de
 Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba.

Este depoimento produzirá todos os seus efeitos patrimoniais e
 de propriedade e os direitos autorais do depoimento e de imagem de
 caráter documental que prestei a pesquisadora Micheli Karla Caires Maia
 na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Esta declaração fica autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins
 acadêmicos, os meus depoimentos, no todo ou em parte, editado ou não, bem
 como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, em consonância com
 a legislação vigente, com a única ressalva de integridade ética, de acordo com as
 normas de indicação de fonte e autor.

Em 15 de Novembro de 2015.

Parneu Bacurda Bejas
 Assinatura do Depoente/Cedente

ra turma de normalistas formados pelo Curso Normal de
Paranaíba no ano de 1969.



Fonte: Acervo pessoal de D. Jane Carmen Lacerda

**TÍTULO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITO SOBRE
DEPOIMENTO ORAL E IMAGEM**

dra Maria Agui
brasileira, estado civil: solteira
professora, portador da cédula de identidade (RG)
_____ emitida pelo: SSP MT, e do CPF nº:
_____. Outros documentos: _____.

Este depoimento será gravado exclusivamente para pesquisa de Trabalho de
Graduação em Pedagogia, com licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de
Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba.

Eu, abaixo assinada, declaro não ter qualquer restrição quanto aos seus efeitos patrimoniais e
de propriedade e os direitos autorais do depoimento e de imagem de
natureza documental que prestei a pesquisadora Micheli Karla Caires Maia
da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

A pesquisadora fica autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins
científicos, os meus depoimentos, no todo ou em parte, editado ou não, bem
como a permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, em consonância com
a Resolução nº 01/2011, de 12 de maio de 2011, da Comissão de Ética, com a
única ressalva de integridade ética, de acordo com as normas de
procedimento, de indicação de fonte e autor.

Feito em 11 de 2015

MAI
Assinatura do Depoente/Cedente